

Revista Trimestral do Programa Europeu LEADER II

LEADER II

magazine

LEADER magazine [janvier-février-mars 1998] - chaussée St-Pierre 260, B-1040 Bruxelles - Bureau de dépôt Bruxelles X

Inverno 97-98 n.º 16

Especial Colóquio LEADER

Para uma nova Iniciativa
de Desenvolvimento Rural
800 leaders exprimem-se



LEADER II

em acção



País: Espanha
Ação realizada: CD e cassette
“Concierto para Grullas, Grallas y Grillos”
Custo: 11 540 ECU
UE: 900 ECU
Outros fundos públicos: 1 025 ECU
Privado: 9 615 ECU

“O nosso programa LEADER está muito envolvido com a valorização dos recursos culturais e naturais locais. Por isso, co-financiamos a produção de um compacto disco e de uma cassette do grupo Lahiez, que compôs um concerto inspirado na fauna e na flora da Ria de Gallocanta situada na nossa zona. Esta obra, que conjuga harmoniosamente música e efeitos sonoros, constitui também o suporte de um diaporama sobre as aves migratórias, em particular o grou comum europeu, dos quais 60 000 espécimes passam o Outono e o Inverno em Gallocanta. Através desta produção, procuramos promover este espaço natural de dimensão internacional, tanto junto da população local como fora da zona.”

Joaquín Lorenzo Alquezar,
responsável LEADER



País: França
Ação realizada: formação de guias do património e do ambiente
Custo: 215 000 ECU
UE: 150 500 ECU
Outros fundos públicos: 64 500 ECU

“Na ilha da Reunião, os turistas já não se contentam hoje com estadias na praia ou passeios na montanha; desejam também poder descobrir o património cultural, natural e económico da ilha, através do olhar dos seus habitantes. A partir desta constatação e da nossa experiência em formação e animação ao serviço das populações rurais, organizámos em 1995 e 1996 uma formação de guias “PEI” (guias do Património e do Ambiente da nossa Ilha). As 1500 horas de formação, que visaram um público de jovens rurais em situação económica frágil, permitiram a sua profissionalização na actividade de guia e na criação de circuitos de descoberta das especificidades das pequenas regiões rurais da Reunião: modo de vida, história antiga e recente, tradições orais, meio natural, economia local, etc. Dos 27 estagiários que receberam o diploma, 10 já estão em actividade e 5 em fase de arranque.”

Bernadette Robert,
responsável pela acção



País: Portugal
Ação realizada: Ecomuseu - “Centro de Interpretação” - do Papel
Custo: 36 159 ECU
UE: 19 887 ECU
Privado: 16 272 ECU

“Único em Portugal, o ‘Moinho da Carvalha Gorda’ é uma pequena empresa que fabrica com tecnologias leves toda uma gama de produtos (estojos, sacos, porta-documentos, envelopes, etc.), em papel de algodão, linho e cânhamo. O nosso grupo de acção local apoia agora a criação, mesmo ao lado desta empresa, de um “Ecomuseu do Papel” que explica todas as etapas e técnicas da produção papeleira e promove simultaneamente a região de Lafões.”

Rosa Maria Lopes Marques,
responsável LEADER



País: Alemanha
Ação realizada: “Semana da Finlândia”
Custo: 6 000 ECU
UE e outros fundos públicos: 3 000 ECU
Privado: 3 000 ECU

“O nosso grupo organizou este ano uma “Semana da Finlândia”, em colaboração com dois GAL finlandeses, North Satakunta e South-West Finland Riverside. Mais de 3 500 visitantes tiveram assim oportunidade de descobrir uma parte da Finlândia rural, nomeadamente através de uma exposição de produtos locais. Além de permitir definir as modalidades de um projecto de cooperação germano-finlandês sobre o tema do turismo e dos produtos locais, este acontecimento serviu também para melhor divulgar o LEADER e a nossa própria acção junto da população local.”

Walter Reuter,
coordenador LEADER



O desenvolvimento rural para o período 2000-2006: o colóquio reconheceu formalmente o papel do LEADER 4



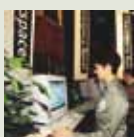
O colóquio forneceu o contexto ideal para o Comissário Franz Fischler anunciar que irá propor uma nova Iniciativa Comunitária de desenvolvimento rural baseada no aprofundamento dos grandes princípios do LEADER.

272 contribuições: uma mensagem forte para o futuro do desenvolvimento rural na Europa 10



A síntese europeia das contribuições escritas recebidas pouco antes do colóquio é portadora de uma mensagem forte destinada à Comissão e à União Europeia em geral.

Stands, “Pontos-de-encontro”, “Fóruns”, “Cyberespaço rural”... Um colóquio interativo 14



Além das sessões plenárias e dos ateliers, o Colóquio LEADER abrangeu um grande número de actividades que valorizam uma Europa Rural viva, empreendedora e convivial.

Cooperação transnacional: uma fase superior 16



Ocasão única para se encontrarem frente-a-frente cerca de 800 beneficiários LEADER, o colóquio permitiu verdadeiramente lançar a dimensão cooperação transnacional desta Iniciativa.

Emprego, qualidade de vida, democracia local, subsidiaridade, inovação, redes... O método LEADER em todas as suas dimensões 18



Cada um dos seis ateliers temáticos do colóquio mostrou que o método LEADER, mesmo que possa por vezes incomodar algumas práticas institucionais, veio dar resposta e de forma geralmente adequada às grandes questões do mundo rural.

800 LEADERs exprimem-se 32



Heino von Meyer sintetizou os 6 ateliers do colóquio num texto que vale como uma declaração.

Para uma nova Iniciativa Comunitária para o desenvolvimento do mundo rural 36



Discurso de encerramento de Franz Fischler, Membro da Comissão Europeia, responsável pela agricultura e desenvolvimento rural.

Em poucas palavras...

Yves Champetier, *Director,*
Observatório Europeu LEADER

Este décimo sexto número do LEADER Magazine constitui de certa forma as “Actas do Colóquio LEADER II”, grande acontecimento que, exactamente um ano após a Conferência de Cork sobre o desenvolvimento rural, reuniu mais de 1200 pessoas, dos quais cerca de 800 responsáveis por grupos de acção local e outros actores colectivos LEADER.

Denominado “Para uma nova Iniciativa de desenvolvimento rural: 800 leaders exprimem-se”, este colóquio, convocado pelo Comissário Franz Fischler, tinha três objectivos: reunir pela primeira vez todos os beneficiários do LEADER II, reflectir sobre uma nova Iniciativa Comunitária de desenvolvimento rural e estimular os intercâmbios e a cooperação transnacional entre territórios rurais.

O primeiro objectivo já fora atingido antes mesmo da abertura do colóquio, pois a maioria dos actuais beneficiários do LEADER II, incluindo inúmeros novos GAL, tinham respondido presente à chamada desde o anúncio do encontro.

Em matéria de cooperação transnacional e para retomar o título de um artigo deste número, o colóquio permitiu realmente “passar a uma fase superior”: concretamente, através do “Espaço Cooperação”, que ao longo destes três dias permitiu que os beneficiários LEADER identificassem e encontrassem frente-a-frente os potenciais parceiros, podendo desde já dar origem a mais de 100 projectos de cooperação. Esta nova dimensão do LEADER está portanto a partir de agora bem encaminhada.

A reflexão sobre a nova Iniciativa Comunitária tem, por sua vez, suscitado debates apaixonados, cujos pontos essenciais foram largamente referidos pelo Comissário Fischler no seu discurso de encerramento do colóquio: a futura Iniciativa, que poderá ser estendida a todas as zonas rurais da União, deverá reforçar e aprofundar os princípios deste “laboratório de inovações rurais” que é o LEADER, passando a beneficiar de modalidades de execução simplificadas.

Este colóquio foi um grande sucesso e gostaria de aproveitar estas “poucas palavras” para agradecer a todos os participantes e intervenientes que contribuíram para o êxito do encontro. Tal como o fez o Comissário Fischler, gostaria de agradecer muito particularmente aos cerca de 300 “LEADERs”, grupos de acção local, administrações e associações de GAL, que, antes do colóquio, nos fizeram chegar as suas reflexões sobre o LEADER e as suas propostas para o futuro.

Para além deste sucesso, contudo, este colóquio deverá marcar sobretudo uma nova etapa que permita uma mobilização acrescida dos diversos parceiros da Iniciativa – desde o nível local até à rede europeia –, um aprofundamento do trabalho iniciado há sete anos, a generalização desta abordagem a todos os territórios da União e, progressivamente, aos países abrangidos pelo alargamento.

Em suma, este colóquio foi um incentivo para todos os que no terreno, em condições muitas vezes difíceis, inovam e criam novos empregos e novas actividades, inventando desta forma um novo futuro para a Europa rural. <

O desenvolvimento para o período

O colóquio reconheceu fo r

Para além dos vários intercâmbios e esboços de cooperação que permitiu, o colóquio de Bruxelas consagrou realmente o papel desempenhado pelo LEADER no desenvolvimento da Europa rural. Como promotor deste encontro, o Comissário Franz Fischler anunciou que iria propor para a programação 2000-2006 uma nova Iniciativa Comunitária de desenvolvimento rural baseada no aprofundamento dos grandes princípios do LEADER.



*Franz Fischler,
Comissário Europeu
responsável pela
Agricultura e
Desenvolvimento Rural*

o rural 2000-2006

malmente o papel do LEADER

“Este colóquio é para mim a prova indiscutível de que a Iniciativa Comunitária LEADER é capaz de mobilizar o mundo rural.” Foi com estas palavras que o Comissário Franz Fischler introduziu os debates da primeira sessão plenária do colóquio de Bruxelas, perante mais de 1200 “desenvolvimentistas rurais” provenientes de 27 países. Esta mobilização era já evidente na véspera, Domingo 9 de Novembro, quando mais de 1000 pessoas participaram nos “Pontos-de-Encontro”, “Fóruns”, “Espaço Cooperação”, Exposição, etc. organizados durante esta jornada-preliminar a fim de tentar “quebrar o gelo” e de descobrir de maneira convivial o contexto e os projectos dos cerca de 800 responsáveis LEADER presentes (ver artigo “Um colóquio interactivo”).

Mas foi na Segunda-Feira, 10 de Novembro, que os debates de fundo sobre a futura Iniciativa Comunitária começaram. Após um rememorar dos objectivos do encontro (reunir pela primeira vez todos os beneficiários LEADER, estimular a cooperação transnacional entre zonas rurais e reflectir sobre a futura Iniciativa Comunitária de desenvolvimento rural), pelo Presidente do colóquio, José Manuel Silva Rodriguez, Director-Geral adjunto da DG VI, o Comissário Fischler introduziu os debates, começando por recordar o sucesso do LEADER I e as dimensões mais ambiciosas do LEADER II (821 beneficiários recenseados até Novembro de 1997): “com estas novas dimensões, o LEADER II representa um avanço. A Iniciativa Comunitária evoluiu de um conceito de projecto para um conceito de programa. O LEADER cresceu e, por isso, as relações também se modificaram..” O Comissário não deixou, porém, de evocar as dificuldades no arranque da Iniciativa: “um procedimento mais formalizado tem vantagens, mas pode também ser causa de um trabalho de gestão mais importante assim como de alguns atrasos. Estamos bem conscientes destes problemas e devemos todos fazer um grande esforço para retirar lições para o futuro. Penso que podemos dizer hoje, após alguns problemas com o arranque, que o motor já funciona.”

Apoiando-se nomeadamente no Relatório da Coesão de 1996, o Comissário recordou, de seguida, o estado persistente de fragilidade económica da maioria das zonas rurais (declínio demográfico, desemprego mais elevado, PIB e rendimento por habitante inferiores de 8 a 30% em relação às médias nacionais), mesmo as que se situam no seio de regiões mais dinâmicas. Daí a afirmação de que “nenhum território rural deve ser privado das suas oportunidades de desenvolvimento. Se pretendemos fazer do espaço rural um modelo social, é preciso activar de maneira consequente todas as funções económicas e sociais.”

Franz Fischler recolocou depois o colóquio no contexto da Agenda 2000 (ver caixa pág. 8): “A Comissão apresentou na Agenda 2000 as suas propostas para o futuro na Europa, expondo a estratégia a seguir para o alargamento, e indicou como aprofundar as políticas comunitárias actuais para reforçar o carácter global da União. Os elementos essenciais deste aprofundamento abrangem a utilização futura dos Fundos Estruturais e as orientações para uma nova reforma da política agrícola e da política de desenvolvimento rural. É também indispensável reformar as Iniciativas Comunitárias. A Comissão propõe que, a partir do ano 2000, estas Iniciativas, que são actualmente em número de treze, sejam reduzidas a três. [...] Uma das três Iniciativas que serão mantidas deve ser centrada no desenvolvimento das zonas rurais. Futuramente, estas três iniciativas disporão de 5% dos meios disponíveis no âmbito dos Fundos Estruturais.”

Esta primeira intervenção do Comissário foi seguida pela apresentação, por parte de Yves Champetier e Gilda Farrell (Observatório Europeu LEADER), da síntese europeia das contribuições escritas para a definição da futura Iniciativa Comunitária (ver artigo correspondente). Esta síntese deu então lugar a um diálogo entre o Comissário Fischler e seis responsáveis por grupos LEADER (ver caixa pág. 12).

Do LEADER I ao LEADER II

A segunda parte desta primeira sessão plenária foi dedicada ao balanço do LEADER. Foi Laurent Van Depoele, Director do Desenvolvimento Rural da DG VI, quem apresentou uma “fotografia da execução do LEADER”, baseando-se nomeadamente nos primeiros resultados da avaliação ex-post do LEADER I realizada por um grupo de especialistas independentes, cujo relatório final será publicado proximamente. Constatou-se que o LEADER I é uma “sucess story”, apesar dos 217 programas terem na sua maioria desenvolvido acções pouco diversificadas (*“vários GAL sobrevalorizaram o turismo e subestimaram o apoio às pequenas empresas”*). LEADER I revelou uma forte participação das mulheres no processo de desenvolvimento rural, uma presença muito importante das associações (*“1/3 dos grupos LEADER I possuíam um estatuto associativo”*), a concretização da abordagem “ascendente” do desenvolvimento, a constituição de parcerias locais alargadas e de numerosas redes rurais. Em termos de emprego, estimam-se em cerca de 30 000 o número de postos de trabalho criados ou consolidados pelo LEADER I, dos quais 1 500 no seio dos grupos de acção local.

Após a apresentação do Observatório Europeu e das actividades da Rede LEADER por Yves Champetier, John Bryden, professor de desenvolvimento rural na Universidade de Aberdeen e responsável pelo grupo temático “Prospectiva” do Observatório Europeu LEADER, resumiu os principais problemas que afectam a Europa Rural, insistindo particularmente na necessidade de adaptar os instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural, de forma a assegurar a transição entre uma política agri-

cola de mercado e uma política de desenvolvimento rural; traduzir no terreno o conceito de desenvolvimento duradouro nas suas dimensões económicas e sociais e não apenas ambientais; desenvolver uma “perspectiva rural” a longo prazo; articular novas formas de intervenção a favor das zonas rurais; definir os novos e específicos papéis da União, dos Estados-membros, das Regiões e dos poderes locais; encontrar respostas flexíveis e adaptados aos diferentes contextos numa União alargada; retirar, enfim, as lições do LEADER para cada uma destas grandes questões.

Michael Mernagh, do GAL Wexford (Irlanda), confrontou estas perspectivas com as expectativas da Associação Europeia LEADER para o Desenvolvimento Rural (ELARD), recentemente criada: desenvolver uma nova óptica e um novo modelo de sociedade rural europeia, a partir da base; desenvolver e consolidar a dimensão-programa do LEADER (o LEADER não é apenas uma fonte de financiamento); promover a abordagem integrada do desenvolvimento rural; reforçar a colocação em rede dos GAL; promover uma maior flexibilidade no seio do LEADER para favorecer acções mais inovadoras e mais integradas a nível local.

Esta primeira sessão plenária terminou com um período de questões vindas da plateia, questões que focaram principalmente as formas de reduzir a burocracia, assegurar uma real autonomia aos GAL e ter melhor em conta a dimensão ambiental das acções realizadas, assim como do possível impacto da Agenda 2000 sobre o desenvolvimento rural e sobre o LEADER: redução do número dos objectivos estruturais e das zonas abrangidas, fontes e volume dos financiamentos, elegibilidade do LEADER a todas as zonas rurais ou apenas às dos



futuros Objectivos 1 e 2.

Do LEADER II ao LEADER III

Após a apresentação da síntese dos ateliers por Heino von Meyer (*ver artigo correspondente*), Guy Legras, Director-Geral da DG VI, reconheceu que o LEADER era “uma das raríssimas políticas europeias que dá uma imagem positiva da Europa ao nível local.”

Esta constatação foi confirmada, de forma implícita ou explícita, pelos 6 testemunhos que se seguiram:

Giuliano Vecchi, do GAL Antico Frignano (Itália), sublinhou em particular o contributo das cooperativas na economia e no desenvolvimento das zonas rurais, nomeadamente em termos de disponibilização de saber-fazer relativos à tecnologia, à organização colectiva dos produtores e à comercialização dos produtos.

Apoiando-se em três exemplos de projectos de desenvolvimento ligados ao ambiente, Leopold Sjöström, do GAL Inlandslaget (Suécia), insistiu sobre a aproximação necessária entre as populações locais e as instituições envolvidas nos projectos, dinâmica crucial nesta zona da Lapónia que conta com menos de um habitante por km²: “temos de reforçar os laços entre as autoridades responsáveis pela protecção do ambiente que estão por vezes longe do terreno e as populações locais que estão conscientes de que se deve proteger a natureza mas se sentem excluídas da tomada de decisão e pensam que as suas necessidades não são consideradas”.

Brigitte Buhse, do GAL Knüllgebiet (Alemanha), enfatizou as relações entre democracia electiva e democracia participativa: as parcerias devem incluir autarcas, é verdade, mas também e sobretudo representantes das “forças vivas” do território.

Eric Andrieu, do GAL Pays Cathare (França), defendeu a redescoberta da identidade dos territórios e uma “inovação nos procedimentos” que permita a essa identidade traduzir-se em projectos de desenvolvimento.

Mateo Andres Huesa mostrou como o GAL Maestrazgo, intervindo numa zona muito desertificada de Espanha, conseguiu mobilizar a população através de projectos colectivos em diferentes sectores, nomeadamente na valorização do património e no turismo cultural.

Por fim, Filipa Ramos, do GAL Pinhal Interior Sul (Portugal) explicou como o LEADER tinha permitido dinamizar as empresas florestais e artesanais da zona, fornecendo ajuda técnica na elaboração e no design de novos produtos, mas também criar nesta zona uma dinâmica de cooperação internacional: “toda a cooperação leva a uma abertura e toda a abertura traz consigo uma mais valia; é o que nós constatamos localmente ao cooperar com o GAL Sierra Morena Cordobesa em Espanha e também com a região de Rzeszow na Polónia.”

Após estes testemunhos, o Comissário Fischler encerrou o colóquio (*ver o texto integral do seu discurso pág. 36*), definindo os pontos que pensava debater com os seus colegas da Comissão Europeia e do Conselho:

- > é necessário lançar uma nova Iniciativa Comunitária para o desenvolvimento rural;
- > tal Iniciativa deveria retomar e prosseguir os elementos essenciais do LEADER (parcerias locais, abordagem ascendente, tónica colocada na inovação, etc), conservar o seu carácter experimental (“laboratório”), abrir a sua rede europeia aos grupos locais dos países candidatos à adesão à União e facilitar a cooperação transna-



Testemunho do grupo LEADER Antico Frignano (Itália)

cional entre zonas rurais;

- > beneficiando de procedimentos mais simples e mais transparentes, a execução desta Iniciativa obedecerá ao princípio da subsidiariedade entre todos os níveis de responsabilidade envolvidos. O Comissário incentiva igualmente a generalização do sistema de pagamentos adiantados aos GAL (“a Iniciativa Comunitária poderia ser um bom teste para esta inovação organizativa”);
- > todas as zonas rurais da União deveriam poder beneficiar da abordagem LEADER;
- > a nova Iniciativa Comunitária deveria manter um carácter de “laboratório”, a fim de poder oferecer em todo o lado “a possibilidade de testar ideias novas, de trocar experiências”;
- > alguns princípios do LEADER têm de ser aprofundados: a escolha dos grupos elegíveis deve estar condicionada a critérios estritos, de forma a que se possa garantir uma base financeira suficiente aos projectos seleccionados; o tema do emprego deve ser uma preocupação muito importante, assim como a melhoria da qualidade de vida e do ambiente. <

Um colóquio, um contexto

Agenda 2000, novas perspectivas para o



A 16 de Julho de 1997, o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, apresentou aos parlamentares europeus a Comunicação “Agenda 2000” que aborda três temas fundamentais: o reforço das políticas da União, o futuro alargamento, assim como o novo quadro financeiro para o período 2000-2006. Estas propostas, que serviram frequentemente de quadro de referência nos debates do Colóquio LEADER de Novembro, terão um impacto importante na futura política europeia de desenvolvimento rural.

A Comunicação da Comissão, “Agenda 2000”, abre novas perspectivas para a política europeia de desenvolvimento rural, principalmente em torno de três temas: a reafirmação da prioridade política da coesão económica e social, o aprofundamento da reforma da política agrícola comum iniciada em 1992 e o alargamento da União.

Prosseguir o esforço de coesão:

3 objectivos, 3 Iniciativas Comunitárias

O esforço na coesão económica e social mantém-se em termos financeiros: a solidariedade financeira mantém-se no seu nível actual de 0,46% do PNB da União, o que corresponde para o período 2000-2006 a uma dotação de 275 mil milhões de ECU, ou seja, um montante de 210 mil milhões destinados aos fundos estruturais propriamente ditos para a sua intervenção nos 15 Estados-membros. Uma maior eficácia das acções estruturais comunitárias é aqui igualmente procurada.

Propõe-se reduzir para três o número de objectivos, dando forte prioridade ao Objectivo 1:

> serão elegíveis ao Objectivo 1 as regiões que conhecem dificuldades mais graves em matéria de emprego, de sistema produtivo e de infra-estruturas e cujo PIB/habitante é inferior a 75% da média comunitária. Cerca de dois terços dos fundos estruturais estariam destinados a este objectivo. Modalidades particulares estão previstas para as actuais regiões de Objectivo 1 cujo PIB/habitante ultrapassa já 75% da média da União Europeia. As regiões ultra-periféricas serão assimiladas de forma específica ao Objectivo 1. Por outro lado, as regiões setentrionais de baixa densidade populacional, actualmente elegíveis ao Objectivo 6, beneficiarão de medidas particulares;

> um novo Objectivo 2, dedicado à reconversão económica e social reagrupará a acção em favor das outras regiões que se confrontam com dificuldades estruturais. Trata-se de zonas em mutação económica, zonas rurais em declínio, zonas em crise dependendo da pesca ou ainda bairros urbanos em dificuldade.

A percentagem da população das regiões da Europa dos Quinze elegível aos Objectivos 1 e 2 deveria ser reduzida dos actuais 51% a um valor que se situa entre os 35% e 40%;

> um novo Objectivo 3 será criado para cobrir as regiões fora dos Objectivos 1 e 2, a fim de ajudar os Estados-membros a adaptar os seus sistemas de educação, formação e emprego.

A Comissão propõe ainda reduzir o número de Iniciativas Comunitárias a três domínios onde o valor acrescentado Comunitário parece mais evidente:

> a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional, visando estimular um ordenamento do território harmonioso e equilibrado;

> os recursos humanos num contexto de igualdade de oportunidades;

> o desenvolvimento rural.

5% dos recursos dos Fundos Estruturais seriam distribuídos pelas Iniciativas Comunitárias.

A Comissão propõe que o Fundo de Coesão seja mantido na sua forma actual; os Estados-membros cujo PNB por cabeça é inferior a 90% da média comunitária e que aderiram à 30 fase da União Económica e Monetária continuam a ser elegíveis aos apoios deste Fundo. Este Fundo, que deverá ser anualmente dotado de cerca de 3 mil milhões de ECU, continuará a aplicar-se à realização de projectos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infra-estruturas de transportes.

desenvolvimento rural na Europa

Uma política rural para todas as regiões da Europa

Em matéria agrícola, a Comissão propõe aprofundar e alargar a reforma de 1992, substituindo mais ainda pelas ajudas directas as medidas de apoio aos preços e acompanhando este processo de uma política rural coerente. As reformas serão iniciadas ou prosseguidas na maior parte das organizações europeias de mercado (grandes culturas, carne bovina, leite, azeite e vinho) com a preocupação de reforçar a competitividade da agricultura comunitária, o respeito e a protecção do ambiente, assim como a segurança do consumidor.

É uma política rural reforçada e renovada que a Comissão propõe, com uma maior importância atribuída aos instrumentos agro-ambientais e destinada a contribuir para o desenvolvimento duradouro das zonas rurais:

- > as medidas de acompanhamento actualmente financiadas pelo FEOGA-Secção Garantia, completadas pelo regime das regiões desfavorecidas, serão aplicadas horizontalmente e postas em prática de forma descentralizada;
- > a abordagem actual dos programas de desenvolvimento integrado será mantida nas regiões elegíveis a título do Objectivo 1;
- > nas zonas rurais elegíveis ao novo Objectivo 2, as medidas (ex-Objectivos 5a e 5b) serão financiadas pelo FEOGA - secção Garantia, enquanto medidas de acompanhamento. Estas medidas intervirão ao lado das financiadas pelo FEDER, pelo FSE e eventualmente pelo IFOP, no mesmo programa e ao nível da região elegível ao Objectivo 2;
- > em todas as zonas rurais não abrangidas pelos novos Objectivos 1 e 2, medidas de desenvolvimento rural, destinadas a acompanhar as políticas de mercado e a completá-las, serão cofinanciadas pelo FEOGA-Secção Garantia. Tais medidas englobarão todos os tipos de apoio à adaptação estrutural e ao desenvolvimento rural actualmente cofinanciados pelo FEOGA-Secção Orientação e terão uma aplicação horizontal, sendo postas em prática de forma descentralizada e à escala mais apropriada em função dos Estados-membros.

O alargamento

Por fim, e no que diz respeito ao alargamento, a Comissão recomenda ao Conselho que inicie negociações de adesão com Chipre, Estónia, Hungria, Polónia, República Checa e Eslovénia. A conclusão destas negociações escalonar-se-á em função dos esforços suplementares requeridos a cada um destes países candidatos, nos respectivos pareceres. Dos 275 mil milhões de ECU (valores de 1997) previstos para os Fundos Estruturais e para o Fundo de Coesão, a Comissão Europeia propõe outorgar 45 mil milhões de ECU aos novos Estados-membros. Uma ajuda de pré-adesão, a retirar deste pacote, será posta em prática a partir do ano 2000, num valor constante de um milhar de milhões de ECU por ano. É mais que evidente que a problemática rural será para todos estes países uma dimensão muito importante da intervenção comunitária. <



272 contribuições: u o futuro do desenvolvimento

A síntese europeia das 272 contribuições escritas, recebidas pelo Observatório Europeu LEADER pouco antes do colóquio, é portadora de uma mensagem forte destinada à Comissão e à União Europeia em geral.



Yves Champetier e Gilda Farrel
(Observatório Europeu LEADER) apresentando
a síntese das contribuições para o colóquio

No âmbito da preparação do colóquio, o Comissário Fischler pediu aos grupos de acção local e a outros actores colectivos LEADER, assim como às administrações nacionais e regionais responsáveis pela execução do LEADER II, que contribuíssem para a reflexão sobre a futura Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural, respondendo às três seguintes questões:

- > *Quais são, segundo a vossa experiência concreta no terreno, as principais contribuições do LEADER, por um lado, na vossa zona de intervenção e, por outro, nas políticas de apoio ao desenvolvimento rural?*
- > *Quais foram as principais dificuldades encontradas, tanto na execução a nível local como nos aspectos institucionais e administrativos?*
- > *Que ensinamentos retiram desta experiência e o que propõem para o futuro?*

Até ao final de Outubro, o Observatório Europeu LEADER tinha recebido 272 respostas, representando 244 Grupos de Acção Local (GAL) e outros actores colectivos, ou seja mais de 30% dos beneficiários de LEADER II. A este total, juntaram-se 24 contributos provenientes de administrações públicas directamente envolvidas na Iniciativa, assim como de associações nacionais ou regionais de grupos LEADER.

O Observatório Europeu LEADER realizou uma síntese europeia destes contributos, que foi apresentada e depois distribuída durante o colóquio [*].

Se as respostas diferiram ligeiramente de um país para outro, conforme os respectivos contexto e problemas específicos, não verificámos contradições importantes entre países e entre respostas. A coerência do conjunto foi mesmo surpreendente, de tal maneira que a compilação das respostas provenientes dos 15 Estados-membros permitiu construir uma contribuição sintética muito rica, portadora de uma mensagem forte para o futuro do desenvolvimento rural na Europa.

Um programa pioneiro descentralizado

Foram considerados essenciais, de maneira quase unânime e em todos os países, quatro contributos do LEADER:

- > abordagem descentralizada, integrada e “ascendente” (“bottom-up”);
 - > mobilização das populações;
 - > federação dos actores locais ao nível de um território;
 - > possibilidade de concretizar ideias latentes que nunca tinham sido apresentadas antes do LEADER (“O LEADER permitiu realizar o que muitos actores locais desejavam, mas não tinham meios para o fazer”, afirma o GAL italiano Maiella Verde.)
- Podem, contudo, assinalar-se algumas características fortes segundo o país:
- > por toda a parte em Espanha, foi dada muita importância às mudanças de mentalidade proporcionadas pelo LEADER;
 - > em França, a maioria das respostas sublinharam o facto de o LEADER ter permitido federar os actores locais em torno de um dado território (“Confrontando a suas experiências, meios de acção e campos de actividade, os participantes puderam reconhecer-se como ‘diferentes’ e não mais como ‘concorrentes’, e antever complementari-

Uma mensagem forte para o mundo rural na Europa

dades possíveis”, constata o GAL francês Espace Cévennes);

- > na Suécia, a abertura a outros territórios rurais, a transferência de experiências e, em menor medida, as novas formas de democracia asseguradas pela parceria local foram factores evocados pela maioria dos grupos (*“O LEADER é um exercício de cooperação, de parceria e de democracia. Ora, a democracia só é garantida se for energeticamente apoiada e posta em prática no quotidiano”*, afirma o GAL sueco Stad och Land-Hand i Hand).

De uma forma global, pode concluir-se das respostas que, devido à abordagem ascendente e integrada que introduziu, a Iniciativa LEADER revelou-se, não só como uma via particularmente adequada para contribuir para a revitalização social e económica das zonas rurais, mas permitiu também a emergência de respostas a problemas de fundo que dizem respeito à construção europeia no seu conjunto.

O método LEADER permite, nomeadamente:

- > criar laços, desenvolver a participação dos cidadãos e enriquecer a democracia participativa, nomeadamente graças à constituição de grupos de acção local;
- > encontrar frequentemente o equilíbrio entre a autonomia da acção e o necessário rigor de gestão, sem que este constitua um obstáculo às iniciativas locais;
- > adaptar melhor as funções das diferentes escalas (local, regional, nacional, europeia);
- > conjugar diversidade (de culturas, de iniciativas, etc.) e coesão de conjunto (referências comuns, instalação de uma rede dinâmica de intercâmbio de experiências);
- > incomodar os esquemas tradicionais no domínio do desenvolvimento, demonstrando, por exemplo, o papel essencial do “investimento imaterial”;
- > graças a uma abordagem baseada na parceria e no território, lutar contra o desemprego numa perspectiva a longo prazo.

Complexidade

Pela mudança radical que introduziu nas relações entre sector público e sector privado, entre nível local e níveis superiores, a iniciativa LEADER confronta-se, contudo, com um contexto institucional, administrativo, financeiro e legislativo geralmente mal preparado para este tipo de abordagem. A nível local, as dificuldades assinaladas podem estar ligadas às características das zonas rurais (mentalidade inadaptada e insuficiente nível de preparação dos actores locais, papel por vezes negativo das instituições locais, falta de meios por parte dos beneficiários, insuficiências estruturais no território

– densidade populacional muito baixa, ausência de jovens, falta de infra-estruturas básicas).

Algumas das dificuldades evocadas associam-se às características do próprio Programa LEADER: meios financeiros insuficientes, falta de saber-fazer técnico, estatuto jurídico-legal particular dos grupos de acção local, dificuldade em compreender bem o conceito de inovação.

Outras parecem estar ligadas ao enquadramento institucional local do Programa LEADER: problema de coordenação com outros programas, encarados por vezes como “concorrentes”; em certos países, problemas de coerência entre as intervenções “imateriais”, geridas pelos GAL e as intervenções materiais geridas por outras instituições locais ou regionais, reticências das estruturas locais.

Se é certo que a abordagem LEADER conseguiu convencer numerosos parceiros institucionais e “contagiar” outros programas e políticas de desenvolvimento a diversos níveis, não é menos certo, todavia, que teve de confrontar-se, em certos países, com incompreensões e dificuldades institucionais e/ou administrativas que minimizaram o seu impacto.

As respostas identificaram dificuldades devidas à contradição entre a abordagem descentralizada e multisectorial introduzida pelo LEADER e as abordagens pré-existent, na sua maioria “descendentes” e sectoriais: *“As administrações estruturadas de forma monosectorial não se deixam envolver em projectos integrados e multisectoriais senão depois de enormes esforços”*, constata o GAL Vogelsberg (Alemanha).

Nota-se uma disparidade entre as lógicas administrativas nacionais e/ou regionais e a dinâmica local, disparidade por vezes acentuada devido à divisão administrativa dos territórios que não corresponde aos limites das zonas LEADER. Fazem-se também várias referências à inadaptação das legislações e procedimentos nacionais e europeus.

A burocracia e o peso administrativo são a principal dificuldade do LEADER II. Lamenta-se em todos os países uma sobreposição das instâncias, uma excessiva complexidade (atribuída ao nível europeu à coexistência dos três Fundos Estruturais), uma falta de flexibilidade e de clareza.

6 LEADERs dialogam com o Comissário Fischler

Autonomia dos GAL, transferência dos princípios do LEADER para outros programas, financiamento da futura iniciativa comunitária, etc. A sessão plenária de Segunda-Feira, dia 10 de Novembro de 1997, foi a ocasião para seis responsáveis de grupos LEADER dialogarem com o Comissário Fischler sobre estes diferentes pontos. Extractos.

A propósito da autonomia dos GAL e das responsabilidades das parcerias locais (pergunta de Carmel Fox, GAL Ballyhoura, Irlanda):

Franz Fischler: "A parceria é a meu ver um elemento fundamental do LEADER e da futura Iniciativa Comunitária de desenvolvimento rural (...). Os projectos devem ser elaborados no local e não fora dele (...). O princípio da parceria não deve apenas ser mantido, deve também ser reforçado."

A propósito dos dispositivos de apoio à diversificação (pergunta de Malaquias Jimenez, GAL La Manchuela, Castilla-La Mancha, Espanha):

F.F.: "A aplicação dos grandes princípios do LEADER – parceria, autonomia dos GAL, implicação das populações locais – depende de um modelo de gestão que pode ser alimentado por experiências exteriores, mas deve ser adaptado ao contexto político-administrativo de cada região (...). O LEADER é uma espécie de laboratório que deve também saber inovar neste domínio. (...) Trata-se para este laboratório de conseguir afinar novas fórmulas de gestão."

A propósito da amplitude do apoio financeiro aos GAL (pergunta de Sharon O'Hara, Developing Rural Enterprise, Irlanda do Norte, Reino Unido):

F.F.: "A Agenda 2000 prevê uma concentração geográfica dos Fundos Estruturais, assim como algumas orientações temáticas (as três Iniciativas Comunitárias) (...). No que se refere ao LEADER, creio que se deve zelar para que os programas locais tenham uma certa dimensão, de forma a atingir a massa crítica necessária ao seu sucesso (...). Deve conservar-se o carácter experimental do LEADER (...). É preciso ter consciência de que o LEADER prefigura

princípios que poderão ser aplicados no quadro de políticas de desenvolvimento mais alargadas (...). Para parafrasear a expressão "small is beautiful", eu diria "small is beautiful but it should also be powerful" (ser pequeno, está muito bem, mas também é preciso ser forte)."

A propósito da transferência dos princípios do LEADER a outros programas comunitários (questão de Georges Amanatidis, GAL Kozani, Macedónia Ocidental, Grécia):

F.F.: "Não se pode nunca transferir integral e automaticamente um modelo (...). O LEADER deve ser um "supermercado" de ideias, experiências, modelos, procedimentos, onde as administrações nacionais e regionais deverão ir frequentemente fazer as suas compras (...). É preciso que os responsáveis administrativos e governamentais tenham conhecimento do que se passa no seu próprio laboratório (...). As experiências do LEADER não devem estar apenas confinadas ao círculo das pessoas directamente envolvidas mas devem ser também conhecidas pelo grande público e ser objecto de um grande debate (...). Estou convencido de que podemos aplicar um pouco da experiência do LEADER noutros domínios da política para o período 2000-2006."

A propósito da possibilidade de o FEOGA-Secção Garantia financiar investimentos em todos os sectores da economia rural, para além dos domínios que tocam directamente a agricultura, o agro-ambiental e o agro-alimentar (questão de Pierre Desrozier, GAL Millevaches, Limousin, França):

F.F.: "As organizações agrícolas receiam que deixe de haver suficientes recursos para a agricultura se o FEOGA-Secção Garantia for também afectado ao Desenvolvimento Rural (...) mas eu asseguro-vos que não existem problemas de financiamento (...). A manutenção do modo de cálculo da linha directiva agrícola permitirá financiar novas medidas de desenvolvimento rural num total de 1,9 a 2 mil milhões de ECU por ano durante o período (...). Toda a gente concorda com o facto de a política agrícola dever ser acompanhada de uma política de desenvolvimento rural (...). É preciso então dar meios a esta política."

A propósito da futura política de desenvolvimento rural e da acessibilidade do LEADER a todas as zonas rurais da União (questão de Helmut Pinggera, GAL Vinschgau/Val Venosta, Trentino-Alto Adige, Itália):

F.F.: "Por razões de simplificação e eficaz atribuição dos recursos, defendemos que futuramente exista, para cada região da União, um único 'Programa para o Desenvolvimento Rural', em vez dos múltiplos programas actuais que dizem respeito à agricultura e ao desenvolvimento rural (...). Este Programa deverá ser elaborado pelas próprias regiões, tendo cada uma delas um único interlocutor ao nível europeu (...). A outra questão que se coloca é quais as zonas que poderão ser elegíveis ao LEADER? Apenas as zonas dos novos Objectivos 1 e 2, ou pelo contrário todas as zonas rurais? Com o risco de parecer indeciso, devolvo-vos a tarefa de debater esta questão no colóquio (...). É preciso até amanhã analisar as vantagens e os inconvenientes de um eventual alargamento do LEADER." <

Da esquerda para a direita: Sharon O'Hara, Peter Zimmer, Franz Fischler, José Manuel Silva, Georges Amanatidis, Pierre Desrozier e Helmut Pinggera



Frequentemente, as administrações têm a maior dificuldade em admitir a abordagem LEADER. Existem grandes diferenças de interpretação das regras e dos métodos entre as regiões, devido a uma deficiente informação sobre os procedimentos por parte dos responsáveis intermediários.

Em matéria de regras financeiras, lamenta-se a inexistência dos adiantamentos, os critérios de admissibilidade das despesas demasiado restritivos, as dificuldades no reconhecimento do trabalho voluntário como contrapartida.

Todas estas dificuldades provocaram importantes contratempos e uma perda de eficácia na execução da Iniciativa. Muitos animadores declaram passar um tempo excessivo a gerir os procedimentos administrativos e as relações com os níveis superiores, em detrimento do trabalho de terreno.

Generalizar, simplificar, aprofundar

Quase todas as propostas vão no sentido de um reforço dos princípios do LEADER (abordagem ascendente e integrada, constituição de parcerias locais, outorga de uma subvenção global localmente gerida, importância dos investimentos imateriais, transferência de metodologias, etc.) e de um alargamento destes princípios a outros programas ou a outros níveis.

Observa-se aqui também uma grande coerência e uma grande complementaridade entre todas as propostas recebidas, de maneira que a síntese das contribuições ao nível europeu permite traçar de maneira bastante precisa expectativas comuns face a uma futura Iniciativa Comunitária de desenvolvimento rural.

Para todas as respostas, é essencial que a abordagem LEADER seja afirmada, confirmada e afinada.

- > Afirmada: a abordagem LEADER deve prosseguir, quer se trate de um "LEADER III" ou de uma Iniciativa equivalente, em termos de abordagem ascendente e integrada. Princípios como a parceria local, a autonomia dos GAL e o financiamento global do plano de acção territorial são objecto de um consenso muito amplo. *"Se o LEADER terminasse definitivamente em 1999, quebrar-se-ia uma dinâmica já bem avançada e as populações locais sentir-se-iam traídas"*, afirma o GAL Oulujärvi (Finlândia).
- > Confirmada: para poder realmente dar frutos, a abordagem ascendente e integrada introduzida pelo LEADER deverá também ser posta em prática, com coerência, aos níveis superiores. Algumas contribuições de administra-

Carmel Fox e Malaquias Jiménez



Grande plano dos "LEADERs"

ções regionais sugerem assim que os Objectivos 1, 5b e 6 actuais ou o futuro Objectivo 2 incluam um eixo "desenvolvimento local", que retome o espírito e as disposições do LEADER, a fim de assegurar uma real coerência e complementaridade entre o LEADER e os outros programas de objectivos. Muitas são as respostas a propor que:

- se reduza o número de escalões intermediários ao mínimo necessário, nomeadamente no que diz respeito às funções de gestão. A este título, vários grupos LEADER gostariam que se reforçasse a presença da Comissão Europeia na condução da Iniciativa;
 - se repensem os procedimentos em função de 3 princípios-chave: simplificação, flexibilidade e transparência (*"É preciso reduzir a participação dos organismos intermediários na fase de gestão, mas não na de negociação e avaliação dos programas"*, sugere a Associação dos Grupos LEADER Espanhóis);
 - se redefinam certos princípios jurídicos europeus, inadaptados às necessidades do desenvolvimento rural integrado, nomeadamente em zonas de Objectivo 1.
- > Afinada: retirando certos ensinamentos dos LEADER I e II, são sugeridas numerosas melhorias:
- repensar os prazos, para que se possa dedicar mais tempo à preparação dos programas;
 - evitar as rupturas temporais entre o LEADER II e a nova Iniciativa;
 - alongar a duração total do programa;
 - diferenciar os meios conforme o nível de avanço das zonas e permitindo aos territórios escolhidos realizarem programas exemplares, dotados para isso de meios suficientes;
 - afinar o papel prioritário dado ao investimento imaterial, formando melhor as pessoas envolvidas no enquadramento local, assim como os actores locais, e desenvolvendo a cooperação entre os territórios e as redes de desenvolvimento. *"O LEADER tem um grande papel a desempenhar, influenciando directamente as futuras estratégias. É simultaneamente um facilitador e um impulsionador"*, afirma o GAL Antur Teifi (País de Gales, Reino Unido). <

[*] Disponível em francês e em inglês junto do Observatório Europeu LEADER.

Stand, “Pontos-de-Encontro”, “Fóruns” ...um Colóquio inteiro

Além das sessões plenárias e dos ateliers, o Colóquio LEADER desenvolveu um grande número de actividades que valorizam uma Europa rural viva, empreendedora e convivial.



■ O “chefe” do stand LEADER italiano

Os ainda numerosos turistas que, neste longo fim de semana de Novembro, se dirigiam apressadamente para a Grand-Place de Bruxelas, atravessando os jardins do Palácio de Congressos, onde flutuava uma lacónica bandeira “LEADER”, certamente não se aperceberam que as caves desse imenso e austero edifício se tinham transformado numa verdadeira “caverna de Ali Baba”. Fazendo ironia com uma outra atracção turística da capital belga, podemos dizer que o Palácio de Congressos se transformou, durante o tempo de um colóquio, numa espécie de “Mini-Europa Rural”, dado que cada um dos quinze países da União tinha instalado para esta ocasião um stand regorgitando de produtos locais provenientes dos seus “territórios LEADER”.

Deambular pelos corredores da exposição significava uma viagem através da Europa Rural. E a viagem tornava-se mesmo divertida já que, “promoção obriga”, cada stand nacional tinha tendência para exagerar as suas características próprias, porque não dizer a imagem estereotipada do país representado: assim, o stand da Itália conjugava astuciosamente produtos gastronómicos e brochuras socioeconómicas, o stand da Grécia tinha algo

de bazar oriental, o de Portugal concentrava uma variedade impressionante de produtos alimentares e artesanais, a França recriava um “bistrot de pays”, o da Áustria apresentava uma larga gama de produtos ecológicos, os responsáveis do stand da Alemanha davam a provar uma “cerveja de maçã” deliciosamente inovadora...

A exposição LEADER reflectia bem uma preocupação essencial de numerosos participantes no colóquio: comunicar a sua acção de desenvolvimento a partir de um produto, de um serviço, de uma realização concreta. Foi assim que no primeiro dia do colóquio (Domingo, 9 de Novembro) se criaram 33 “Pontos-de-Encontro”, onde, em pequenos grupos de vinte pessoas, os responsáveis do GAL puderam apresentar, geralmente apoiados em objectos, uma acção que consideraram exemplar no respectivo processo.

Durante este primeiro dia, foram também organizados seis “Fóruns”, nome escolhido para designar uma série de mini-conferências apresentando as especificidades do LEADER em diferentes Estados-membros, assim como a acção de várias Direcções-Gerais da Comissão Europeia a favor do desenvolvimento rural. Tratou-se de dar a conhecer melhor o contexto socioeconómico e institucional e as modalidades de execução do LEADER em cada um dos países da União e de melhor compreender as

■ Apresentação do GAL
Bayerwald (Alemanha)
no stand do Observatório Europeu LEADER



ns”, “Ciberespaço rural”... eractivo



diversas políticas comunitárias que interessam ao desenvolvimento rural.

Facilitar a montagem de operações de cooperação transnacional entre territórios LEADER foi um dos grandes objectivos do colóquio (ver artigo correspondente); por isso, um “Espaço Cooperação” ocupava também toda uma ala do Palácio de Congressos. Mais de 300 beneficiários LEADER II puderam assim encontrar potenciais parceiros e explicar o seu projecto de cooperação.

Quanto a alguns turistas, menos apressados ou mais curiosos do que os outros, que ousaram entreabrir a porta do Palácio de Congressos, não puderam ignorar mesmo no centro do hall de entrada o “Ciberespaço Rural”, que durante todo o colóquio não parou de atrair gente: 7 computadores estavam à disposição dos participantes que desejassem divulgar o seu site Web, con-

sultar as bases de dados, enviar mensagens ou simplesmente “surfear” a partir do site “Rural Europe” [*]. Jean-Charles Nadé, o informático responsável pelo Ciberespaço estima em cerca de 600 o número de pessoas que terão utilizado este serviço durante o colóquio.

[*] Endereço: <http://www.rural-europe.aeidl.be>



*Prova do presunto ibérico
no stand LEADER espanhol*

Cooperação transnacional passa a fase

Ocasão única para encontrar frente a frente cerca de 800 beneficiários LEADER, o colóquio permitiu lançar verdadeiramente a dimensão cooperação transnacional da Iniciativa.



A **cooperação transnacional** foi um dos três grandes objectivos do colóquio. Nada mais lógico, uma vez que a execução do LEADER se encontrava já geralmente bem avançada, e vários beneficiários esperavam a sua oportunidade para poderem ser úteis a nível internacional, resolver certos problemas particulares, ou melhor, valorizar certos recursos locais específicos. Como referiu o Comissário Fischler no seu discurso de abertura: *“muitas vezes, é através da cooperação que se consegue a massa crítica necessária para um projecto. A cooperação não é por consequência um luxo, mas um elemento importante para o sucesso dos projectos LEADER.”*

“Espaço Cooperação”

Um espaço particular – e muito convívio – foi montado para ajudar os grupos a definirem as necessidades de cooperação do seu território, procurar parcerias pertinentes e delinear acções. Concebido como um “guichet único” da cooperação transnacional, o Espaço Cooperação oferecia, entre outros, os seguintes serviços:

- > entrevistas individuais em sete línguas com pessoas-recurso que ajudaram a definir as necessidades em coo-

peração de cada interessado;

- > identificação de possíveis parceiros através de diferentes bancos de dados, com uma base, “Parceria”, contendo todos os pedidos que chegaram ao Observatório Europeu LEADER antes do colóquio.

33 “mesas de discussão”, reunindo responsáveis de grupos LEADER interessados nos temas de cooperação definidos, foram também organizadas em domínios tais como o artesanato, o turismo equestre ou culinário, a valorização das ribeiras ou ainda a promoção da castanha. Participaram mais de 140 pessoas nestas mesas de discussão.

Esclarecimentos

A manhã de 11 de Novembro foi inteiramente dedicada à cooperação transnacional. Esta sessão plenária permitiu adoptar uma série de esclarecimentos que deverão permitir aos projectos de cooperação decorrer da melhor forma. Laurent Van Depoele, da DG VI, clarificou a maneira como o Eixo C do LEADER iria ser posto em prática, assim como os campos possíveis de cooperação, intercâmbios de boas práticas, transferência de saber-fazer e elaboração de projectos comuns, explicando também que *“os serviços da Comissão Europeia estarão prontos para propor um modelo de documento comum de apresentação das acções de cooperação transnacional, utilizável em todos os Estados-membros.”*

Foram também dadas informações sobre a assistência técnica fornecida pelo Observatório Europeu LEADER, enquanto o novo guia metodológico “Cooperação transnacional entre territórios rurais”, era comentado e distribuído a todos os participantes no colóquio.

Exemplos

Os seis estudos de caso apresentados durante este plenário vieram demonstrar a grande variedade de projectos de cooperação que podem ser realizados no âmbito do LEADER: Seamus O'Reilly, da Universidade de Cork (Irlanda) apresentou “Antenas de Comercialização Europeias”, onde 5 grupos LEADER procuram comercializar em comum os seus produtos de quinta em várias cidades europeias.

Gilberte Brémont, do GAL Préalpes Drômoises (Rhône-Alpes, França), expôs a estratégia da “Via Méditerranée”, rede de 10 zonas mediterrânicas que procuraram

superior



Laurent Van Depoele, Director
do Desenvolvimento Rural (DG VI)

conceber e promover em conjunto produtos de turismo rural.

David Haworth (GAL Argyll & the Islands, Escócia, Reino Unido) apresentou o projecto “The Saint’s Trail” (O Caminho do Santo): o seu grupo e um GAL irlandês criaram um itinerário turístico baseado nas ligações históricas existentes entre os dois territórios, nomeadamente duas abadias fundadas por S. Colomba.

António João Nunes Realinho (GAL Raia Centro-Sul, Portugal) descreveu a rede “A Raia / La Raia”: 5 associações de desenvolvimento espanholas e portuguesas vizinhas estão a empreender em comum uma série de acções transfronteiriças.

Alva Carrasco Lera (GAL Montaña Palentina, Castilla-Leon, Espanha) descreveu o processo de 3 grupos LEADER de Espanha, Alemanha e França, que procuram implantar nas suas zonas respectivas o “ciclocarril”, dispositivo que permite rolar em bicicleta sobre vias férreas desactivadas ou subutilizadas.

Christian Ries, do GAL Clervaux-Vianden (Luxemburgo), concluiu esta série de exemplos concretos, apresentando o projecto “ToolIT”: 3 grupos LEADER da Suécia, Escócia e Luxemburgo pretendem desenvolver uma oferta comum de serviços no domínio do teletrabalho.

Primeiro balanço

Mais de 300 pessoas beneficiaram do Espaço Cooperação. Fizeram-se 183 entrevistas individuais e 144 pessoas participaram numa ou noutra mesa de discussões temáticas. Tudo isto permitiu formalizar nada menos de 210 pedidos de cooperação, dos quais 125 foram tratados no local pelo Observatório Europeu LEADER.

Mais de metade destes pedidos dizem respeito à transferência de saber-fazer entre beneficiários LEADER, 47 à elaboração de produtos em comum, 32 à valorização conjunta de um património comum. 9 visam a partilha de recursos humanos e/ou materiais e 22 abrangem diferentes tipos de projecto.

Entre os projectos mais frequentes, podemos citar a comercialização colectiva de produtos agro-alimentares (criação de marcas comuns, por exemplo), a valorização dos detritos da silvicultura, o turismo fluvial, a pesca desportiva, a reciclagem das antigas vias férreas, o património medieval, a telemática e o desenvolvimento de instrumentos multimédia. De referir que a Espanha, a Itália e a França são os três países que apresentaram o maior número de projectos.

A julgar pelo sucesso do “Espaço Cooperação”, o colóquio de Bruxelas vai sem dúvida permitir que esta dimensão essencial do LEADER (mais de 100 milhões de ECU estão atribuídos na totalidade ao eixo C) possa agora passar à fase superior. <

Uma das 33 mesas temáticas dedicadas à cooperação



Emprego, qualidade de vida, democracia local o método LEADER

Cada um dos seis ateliers temáticos do colóquio mostrou que o método LEADER, ainda que possa por vezes “perturbar” algumas práticas institucionais, responde em geral de forma mais adequada às grandes questões do mundo rural.

Os 6 ateliers que decorreram em paralelo durante a tarde de 10 de Novembro constituíram sem qualquer dúvida um momento forte do colóquio. Foram identificados seis temas, correspondentes a outros tantos desafios para o mundo rural e para o LEADER:

- > o emprego (*atelier 1*), o grande problema para a Europa dada a persistência de um elevado desemprego;
- > a qualidade de vida, o ambiente e as paisagens (*atelier 2*), componentes essenciais do desenvolvimento duradouro, que procura conciliar bem-estar e viabilidade económica;

- > a democracia local, a participação e a igualdade de oportunidades (*atelier 3*), desafios – e conquistas – muito importantes para um programa como o LEADER, baseado numa abordagem de desenvolvimento ascendente e em parceria;
- > a inovação (*atelier 4*), dimensão fundamental do LEADER, “tábua de salvação” para a competitividade das zonas rurais;
- > a subsidiariedade e a partilha de responsabilidades na execução (*atelier 5*), dinâmicas determinantes para o sucesso do LEADER II e de uma futura Iniciativa Comunitária;
- > a solidariedade rural, a abertura, a cooperação e as redes (*atelier 6*), elementos chave da “filosofia LEADER”, que se apoia na transferência de experiências, de saber-fazer e de boas práticas entre territórios rurais.

Objectivos

Cada atelier deveria, em função de cada tema e a partir da experiência dos grupos LEADER,

- > apresentar propostas facilitadoras da investigação e da concretização de novas vias no âmbito da Agenda 2000;
 - > identificar as novas dinâmicas às quais uma nova Iniciativa de Desenvolvimento Rural deverá fazer face;
 - > definir os apoios, procedimentos, quadros de trabalho, etc. indispensáveis para melhor dominar ao nível local a problemática em questão.
- Além destes objectivos gerais, cada atelier devia, mais especificamente:
- > identificar as novas dinâmicas e desafios para o respectivo tema;
 - > examinar os métodos específicos e as modalidades de execução do LEADER;
 - > analisar e avaliar os resultados do método LEADER.

Uma linguagem comum

Os textos que se seguem visam dar conta do conteúdo de cada um dos ateliers. É um exercício sempre redutor: é, com efeito, impossível relatar toda a riqueza dos debates e dos intercâmbios que envolveram inúmeros intervenientes (cerca de 200 participantes por atelier) durante várias horas.



local, subsidiariedade, inovação, redes... em todas as suas dimensões



Para além dos pontos salientes, que figuram no artigo correspondente a cada atelier, convém referir certos elementos que resultaram dos seis grupos de trabalho e que fornecem esclarecimentos suplementares sobre as reflexões do colóquio LEADER (alguns foram, aliás, expressos por Heino von Meyer, aquando da sua síntese dos ateliers, feita em sessão plenária):

- > a diversidade das zonas rurais é tão grande que por vezes pode até tornar-se frustrante;
- > para responder a cada questão estratégica, é necessário reforçar as ligações entre as diferentes zonas rurais;
- > os desafios da Europa Rural são também os desafios da Europa Urbana. O desenvolvimento rural não é apenas um problema dos rurais: a qualidade de vida, do ambiente, das paisagens, a necessidade de espaços de lazer, por exemplo, correspondem também a uma procura urbana. Importa que os cidadãos tomem consciência da contribuição do mundo rural para a sociedade no seu conjunto;
- > o LEADER contribuiu para criar uma nova visão da Europa rural;
- > o LEADER contribuiu para impor uma linguagem partilhada e ultrapassar o isolamento de cada grupo individualmente considerado;
- > o LEADER “divulga a Europa”, isto é, valoriza a imagem da União ao nível local;
- > o método LEADER é muitas vezes desconcertante e “os GAL são animais estranhos”, para retomar a metáfora utilizada por dois intervenientes;
- > o LEADER corresponde a uma abordagem “ascendente” do desenvolvimento rural, mas não se pode esquecer que foi “o cimo” que o incentivou e que deverá ainda incentivá-lo no futuro;
- > o LEADER é uma política extremamente moderna porque quase desprovida de dinheiro, uma “política homeopática”. Daí, a importância de ser inovador, mais que não seja para compensar a falta de meios. <

Emprego: um impacto indirecto

Num momento em que a União Europeia conta mais de 18 milhões de desempregados, o emprego é uma questão chave que condiciona também, evidentemente, o futuro do mundo rural. O atelier denominado “Emprego e desenvolvimento rural: o método LEADER” procurou avaliar o impacto do LEADER em termos de criação ou consolidação de empregos e de actividades para, num segundo tempo, poder apresentar recomendações no âmbito da nova Iniciativa Comunitária.

Novas áreas de emprego

As soluções para o problema do emprego nas zonas rurais já não dependem hoje apenas das estruturas tradicionalmente envolvidas na questão, a saber, as empresas e as entidades públicas: para as primeiras, produtividade e competitividade travam as possíveis contratações; quanto ao sector público, a redução dos orçamentos provoca por toda a parte uma grande redução dos postos de trabalho. Em sentido contrário, aparecem novas necessidades, abrindo novas perspectivas de empregos.

Mas, para fazer emergir estas novas reservas de emprego, é necessária uma nova abordagem apoiada em estratégias que tenham em conta os recursos humanos locais, os trunfos (recursos naturais, amenidades, etc.) e os constrangimentos próprios a cada território. Carola Bell, responsável pelo GAL escocês Western Isles, Skye & Lochalsh, mostrou como o LEADER apoiou a criação de um centro de teletrabalho que criou até agora uma centena de empregos de qualidade no sector da edição: *“os novos empregos rurais não devem forçosamente virar-se para o passado mas sim para o futuro; devem ser empregos modernos, que respondam às necessidades da zona e às expectativas dos habitantes.”*

■ *Os sectores tradicionais podem também criar empregos: transformação de azeite (Préalpes Drômoises, França)*



O principal objectivo do LEADER não é a criação directa de empregos, mas ao fazer das parcerias e da abordagem integrada dois eixos essenciais de execução, veio abrir perspectivas de novas soluções em matéria de trabalho: o apoio às iniciativas locais a concertação entre parceiros tornaram-se nas zonas LEADER os meios privilegiados para suscitar e acompanhar novas actividades, permitindo progressivamente consolidar os empregos existentes e criar novas fontes de rendimentos e de ocupação para as populações rurais.

Micro-empresas

O LEADER teve, pois, um efeito indirecto no emprego e isto no âmbito de projectos em geral pouco apoiados pelos programas convencionais. *“Os portadores de projecto que nós apoiamos, declarou Tommaso Marsano, do GAL Capo Santa Maria di Leuca (Itália), são antes de mais pessoas entusiastas, animadas pelo espírito empreendedor, que nunca tiveram acesso até hoje a financiamentos comunitários.”*

O LEADER centra-se nas micro-empresas e nas micro-actividades que, ao conjugar em diversas fórmulas de organização do trabalho (auto-emprego, trabalho a tempo parcial, trabalho sazonal), podem ao mesmo tempo assegurar uma grande diversidade e uma maior estabilidade de rendimentos à população rural: recordemos que os pluriactivos representam mais de metade dos agricultores da União.

A missão dos parceiros LEADER é descobrir e valorizar os recursos rurais até agora inexplorados, em termos de identidade e de amenidades, por exemplo. Trata-se de organizar a oferta e procura de novos produtos e serviços, e de suscitar assim a criação de actividades viáveis no plano económico, traduzindo-se em empregos e numa melhoria da qualidade de vida para as populações locais. A formação ocupa evidentemente um lugar determinante neste processo. Ora, também neste domínio, as abordagens tradicionais mostraram, de uma maneira geral, os seus limites, pelo que há que inventar novas modalidades de formação-aprendizagem, tanto mais, como insistiu Michel Laine da DG V, que *“pode existir um fosso entre as competências existentes e aquelas que são realmente necessárias, entre as competências actuais e as que serão necessárias daqui a dez anos.”*

Laços

A experiência do LEADER demonstra que a criação de empregos em meio rural é um trabalho de grande fôlego, cujos resultados só emergem a pouco e pouco. Não depende apenas de apoios financeiros: passa por etapas de informação, mobilização dos actores, de descoberta dos trunfos locais específicos, de ajuda à emergência de novas ideias, de instalação em rede dos empresários, de novas concertações entre sectores público e privado, etc.

Citando o exemplo dos Pactos Territoriais para o Emprego, Michel Laine refere que *“o sucesso do espírito de empreendimento depende menos do conteúdo das medidas do que das modalidades de execução propostas. (...) É preciso, antes de mais, criar os laços indispensáveis entre os diferentes grupo de população para chegar a uma coesão social que contribuirá para a resolução dos problemas de emprego.”*

Outros argumentos sustentam o envolvimento das diferentes categorias de população: a diversificação das actividades rurais oferece novas perspectivas às mulheres, por exemplo. Tradicionalmente, as actividades ligadas à produção agrícola eram tarefas asseguradas pelo agricultor mas, desde que a exploração agrícola se diversificou para o turismo rural ou a comercialização de produtos caseiros, por exemplo, o papel da mulher tornou-se muito mais importante. As questões relacionadas com a igualdade de oportunidades, a inserção profissional dos jovens, etc, devem ser alvo de intervenções específicas. A este título, o LEADER fornece serviços de apoio e de acompanhamento adaptados, cria laços entre os actores e os sectores, facilita as cooperações.

Os participantes no atelier concluíram que é necessário:

- > manter a abordagem indirecta do LEADER quanto ao emprego, incentivando a capacidade de empreendimento;
- > conservar a abordagem multi-sectorial indispensável à diversificação das actividades;
- > continuar a privilegiar os investimentos imateriais e os apoios financeiros “leves”, que são complementares de outros e têm muitas vezes mais efeitos multiplicadores do que os investimentos pesados. <

Qualidade de vida, ambiente, paisagens: conciliar protecção e valorização



Qualidade de vida em meio rural: é essencial a valorização do espaço, do património e das paisagens

O atelier dedicado ao ambiente, à qualidade de vida e às paisagens cobria toda uma gama de questões cruciais, visto que, como bem demonstrou Ritva Partanen, do GAL RaJuPussu (Finlândia), ao apresentar o processo de desenvolvimento em curso neste território afastado e muito pouco povoado: *“a qualidade de vida exprime-se tanto em termos de qualidade do ar, da água, das paisagens, como de serviços que respondam às necessidades da população.”*

São essenciais quatro elementos para melhorar a qualidade de vida nos territórios rurais, por mais diversificados que estes sejam:

- > reforço dos vínculos sociais;
- > valorização do espaço, do património, das paisagens;
- > acesso à informação, à formação e ao empenho;
- > disponibilidade dos serviços locais.

Desenvolvimento sustentável

A questão central é, contudo, a viabilidade económica das zonas rurais porque *“ainda que a região seja bela, as pessoas deixam-na quando não existem actividades económicas suficientes”*, constatou um participante.

A dinâmica fundamental é o desenvolvimento sustentável. Ultrapassando claramente a simples preocupação da protecção do ambiente, a sustentabilidade é um conceito que engloba, dentro de um processo dinâmico, a eficácia económica, a coesão social e o respeito pela integridade do ambiente, pela biodiversidade e pelas paisagens.

Conciliar todos estes elementos não é simples. Trata-se, com efeito, e em geral, de procurar um equilíbrio entre dois pólos aparentemente contraditórios: *“somos levados a vender os recursos naturais para os proteger”*, resume Reinhard Lechner, do GAL Bregenzerwald (Áustria).

Os participantes no grupo de trabalho insistiram na importância das acções de sensibilização e de formação em ambiente: *“a protecção do ambiente é ainda considerada por muitos como uma ameaça às actividades económicas”*, testemunha Jacqui Cuff da fundação ornitológica Birdlife International.

O ambiente como alavanca

Muitos grupos LEADER contribuíram, contudo, para transformar os conflitos existentes ou potenciais em sinergias positivas. Os exemplos mais evidentes dizem respeito aos grupos de acção local que intervêm em zonas protegidas, quer se trate de parques naturais nacionais ou regionais ou de reservas de biosfera. Estes GAL conseguem fazer da protecção do ambiente e do restauro do património um trunfo ou mesmo uma alavanca para o desenvolvimento do respectivo território, orientando este último para a transformação de produtos caseiros ou artesanais, para o turismo, etc., e criando até empregos altamente qualificados, ligados à investigação e à avaliação ambiental. São outras tantas possibilidades de *“colocar as actividades económicas ao serviço das populações e de limitar a fuga dos cérebros do mundo rural”*, afirmou um responsável de GAL aragones (Espanha).

Desde 1992, a abordagem global do LEADER permitiu não só melhorar a gestão dos recursos e a qualidade das paisagens, mas também a formação e a qualificação dos actores locais envolvidos, através da elaboração de planos de desenvolvimento muito profissionais. Para Christian Anz, da DG VI, *“o LEADER tornou as zonas rurais multifuncionais e a filosofia LEADER deverá ser transferida para outros programas comunitários.”*

Serviços

De uma maneira geral, o LEADER participa na manutenção de comunidades rurais sustentáveis, valorizando as identidades e culturas locais, lutando contra a exclusão e assegurando também um equilíbrio entre os saber-fazer, as oportunidades e as necessidades de todas as categorias da população.

No que diz respeito a estas necessidades, uma questão-chave para os participantes no atelier diz respeito à oferta de serviços públicos e privados, assim como à utilização eficaz de novas tecnologias. *“Em zonas isoladas, as tecnologias modernas de comunicação são fundamentais para ultrapassar o isolamento e manter a população no território”*, acentuou o representante do grupo South West Limerick (Irlanda). Ora, segundo os participantes no atelier, trata-se de um sector onde o LEADER nem sempre pode dar resposta. Neste domínio, convém rever as estratégias e os critérios de elegibilidade ao programa, a fim de melhor apoiar um sector com grandes potencialidades de criação de emprego.

Visar a vitalidade das zonas rurais, o reforço das sinergias e complementaridades entre actores locais exige uma selecção rigorosa das acções a apoiar. Um outro equilíbrio se deve encontrar entre a necessária consideração das especificidades de cada território e o carácter forçosamente geral das políticas globais que têm repercussões a nível local.

Qualidade

Os programas de inovação rural LEADER contribuíram com algumas respostas em termos de ajustamento e de diversificação na utilização do espaço, da paisagem e dos recursos naturais. É, contudo, indispensável aprofundar a relação entre as políticas de desenvolvimento e as políticas ambientais, integrando melhor a noção de espaço nas actividades apoiadas pela Iniciativa LEADER.

O atelier propôs que se conservasse o carácter experimental do LEADER: a abordagem piloto do programa permite uma grande flexibilidade na intervenção ao serviço de um objectivo – o desenvolvimento sustentável – tão complexo como ambicioso.

Uma outra conclusão, no que concerne o conjunto do método LEADER, diz respeito à qualidade: *“os elevados critérios de qualidade que se ambicionam em matéria de ambiente devem ser estendidos ao conjunto da nossa acção de desenvolvimento*, declarou um interveniente: *qualidade de animação, qualidade das parcerias, qualidade dos projectos, qualidade das inovações, etc.”* <

Democracia local, participação e igualdade de oportunidades

Contrariamente aos dois ateliers

anteriores, este atelier ocupou-se mais dos meios a pôr em prática – democracia, participação local, igualdade de oportunidades – do que dos objectivos a atingir – emprego, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável.

A participação das populações locais e a coesão social e económica são com efeito elementos-chave para um desenvolvimento equilibrado e sustentável a longo prazo. Para Joan Asby, do GAL South Pembrokeshire (Reino Unido), *“um processo de desenvolvimento que só envolvesse actores institucionais e económicos locais seria estéril. É preciso criar as condições para que o maior número possível de pessoas, jovens e velhos, homens e mulheres, se mobilizem em todas as etapas do processo.”*

Novas atitudes

Fazendo da mais ampla possível parceria uma exigência para a construção de uma estratégia comum de desenvolvimento territorial, o LEADER teve uma influência decisiva no comportamento dos actores rurais, quer institucionais quer privados. Por outro lado, a valorização do papel da animação abriu espaços concretos de participação dos diferentes actores locais e impulsionou a realização a nível local de uma série de actividades de informação e de formação que puderam enriquecer as perspectivas de desenvolvimento pela diversidade de ideias, dos pontos de vista e das aspirações dos diferentes actores locais.

A mais-valia do LEADER sobre este tema dificilmente será quantificável a curto prazo. Se a assistência técnica e financeira se pode medir, o grau de envolvimento das populações locais, as novas práticas de parceria, a percepção renovada das “fracturas sociais” nos territórios envolvidos são dificilmente mensuráveis. Não obstante, todos estes elementos constituíram instrumentos privilegiados para contribuir para o reforço da democracia local e para a igualdade de oportunidades a nível local.

■ Financiamento LEADER e trabalho voluntário: construção de um centro polivalente em Tollebeek (*Flevoland, Holanda*)



Os territórios rurais da União Europeia diferem sensivelmente uns dos outros em termos de organização do tecido social, de espaços de expressão das ideias e das relações entre instituições e cidadãos. Constatando estas diferenças, os participantes no atelier colocaram a questão: *“qual será a dimensão pertinente para um território, se se quiser que a democracia funcione o melhor possível”* (Thomas Schaumberg, GAL Vogelsberg, Alemanha).

Esta diversidade, que é uma das mais preciosas características do meio rural, exige estratégias flexíveis e pode conduzir a certas dificuldades na aplicação das políticas europeias e na execução de programas como o LEADER. Assim, para certos territórios, foi necessário iniciar o processo de desenvolvimento utilizando métodos de animação muito elementares, dado o nível de enfraquecimento do tecido socio-económico; noutros locais, a animação permitiu efectuar um salto qualitativo nas actividades já existentes. Do mesmo modo, em certas zonas, as novas práticas introduzidas criaram muito facilmente hábitos de trabalho em conjunto, enquanto noutras, os modos de pensar “sectoriais” ainda prevalecem.

Novas práticas

De uma maneira geral, a parceria LEADER teve um impacto positivo nas práticas institucionais correntes: assim, a consulta das diversas partes interessadas e a concertação entre parceiros integraram-se progressivamente na gestão “normal” dos projectos. Agora, vários grupos LEADER pretendem usufruir de uma maior autonomia na elaboração e execução das estratégias de desenvolvimento local e desejam ter um maior controlo sobre as decisões externas que possam afectar o seu território.

Estes processos reclamam novos modos de concertação e de colaboração entre actores locais. Testemunhando a experiência do GAL Ouest-Aveyron (Midi-Pyrénées, França) e a reflexão da rede francesa “Sol et Civilisation”, Raymond Lacombe antecipa quatro dimensões para a renovação das práticas locais: *“a renovação da organização dos territórios (reactivação da noção de “pays”), novas práticas de parcerias e de redes (criação de grupos de trabalho constituídos por diversos actores), processos apropriados de tomada de decisão (associando equipa de animação, financiadores e GAL) e a reabilitação da fórmula do “contrato” entre administrações e actores do território (...). A relação não deve ser hierárquica nem de pedinte-dador, mas igualitária. Também aqui entra em jogo a dinâmica democrática.”*

Democracia, participação e igualdade de oportunidades implicam nomeadamente uma melhor consideração das novas formas de exclusão, das insuficiências em termos de acesso aos recursos e oportunidades. Os programas LEADER contribuíram para um princípio de reequilíbrio, quer ao nível territorial quer para benefício de grupos sociais desfavorecidos. É, contudo, indispensável aprofundar esta relação entre políticas de desenvolvimento e enriquecimento das práticas democráticas, integrando o mesmo tempo a noção de igualdade de oportunidades na participação nas actividades apoiadas pela Iniciativa LEADER.

O atelier concluiu que o LEADER tinha lançado uma nova concepção de “rural”. A Iniciativa provocou uma real dinâmica de animação e uma mobilização, inclusivamente entre as populações locais ou grupos da população que tinham renunciado a participar no desenvolvimento, ou até mesmo a reconhecer a existência de oportunidade no seu território.

O LEADER permitiu a criação de novas relações entre as diferentes categorias de população local, entre os sectores público, privado e associativo, e entre as diferentes administrações.

Balcão único

Quanto à futura Iniciativa Comunitária, é fundamental assegurar e manter uma flexibilidade, optimizando assim ao nível local a participação de todas e de todos. A este propósito, o atelier preconiza a outorgação de uma subvenção global, embora esta fórmula coloque muitas vezes problemas de aplicação. Há que clarificar este dispositivo, verificar a sua compatibilidade com as regras e procedimentos administrativos nacionais e regionais em particular, porque, em certas regiões, o que deveria assegurar uma maior simplicidade à execução do LEADER acabou por complicar mais as coisas.

Muitos intervenientes defenderam também a fórmula do “balcão único” que, canalizando os diferentes fluxos financeiros à escala local, imponha um único conjunto de regras e evite que os grupos locais tenham que negociar com três Fundos Europeus diferentes e, consequentemente, redigir outros tantos relatórios, etc. <

Subsidiariedade e responsabilidade. Que articulação entre os diferentes níveis?

Este atelier, que teve a participação de vários representantes de instituições e administrações nacionais e regionais, reflectiu sobre subsidiariedade e “parceria vertical”. Tratou-se de reflectir sobre o nível de responsabilidade – local, regional, nacional, europeu – adequado para maximizar o “efeito LEADER”.

Poderes

Constatou-se de início que tudo depende da divisão dos poderes e da tradição administrativa dos diferentes países, sem falar das diferenças, geralmente muito grandes, entre as terminologias e conceitos utilizados. Daí a dificuldade de se chegar a conclusões definitivas no final do atelier.

Considerado algumas vezes como uma ameaça por parte das autoridades de nível superior, o LEADER foi confrontado com muitas rigidez e insuficiências institucionais. *“A cultura de desenvolvimento local é mal compreendida pelos interlocutores financeiros e administrativos. O LEADER perde credibilidade devido à sua gestão administrativa”*, lamenta um responsável de GAL francês.

Verificaram-se frequentemente muitos atrasos: o Carrefour de Baixa-Saxónia constata assim que o período de instrução de um dossier pode durar até três anos. Ora, *“entretanto, os objectivos do projecto foram evoluindo e o pedido inicial de subvenção arrisca-se a já não responder a tal evolução.”*

É preciso também encontrar o justo equilíbrio entre os imperativos da execução dos projectos a nível local e os constrangimentos próprios a qualquer gestão de fundos públicos aos níveis regional, nacional e/ou europeu. Os grupos LEADER debatem-se frequentemente com incoerências por parte destes diferentes níveis. Ora, se já era difícil a nível europeu, por exemplo, coordenar a intervenção dos três Fundos Estruturais, como esperar que os grupos locais o consigam?

Todos os níveis precisam, portanto, de melhorar as suas práticas de gestão. *“As pessoas sabem o que querem. Cabe-nos a nós identificar as sinergias entre os diferentes fundos públicos”*, declarou por seu lado Anthony Leddy, do GAL Cavan-Monaghan (Irlanda), a propósito das responsabilidades do nível local.

Modelo

“Incómodo” para algumas instituições, o método LEADER não encontrou, contudo, apenas indiferença ou oposição, tendo pelo contrário, conseguido ganhar alguns seguidores: José Emilio Guerrero, representante da Andaluzia, referiu o facto do LEADER apresentar um potencial considerável em termos de articulação social. Inspirando-se no método LEADER, a Andaluzia elabora actualmente “planos estratégicos territoriais”, baseados na mobilização da população. Quanto a Mikael Lindau, da Agência sueca para o desenvolvimento rural (GBV), insistiu sobretudo no carácter reformador da Iniciativa a nível nacional: na Suécia, está em discussão uma reforma, que poderá, a prazo, aplicar a abordagem multissetorial em todas as intervenções públicas a favor do desenvolvimento e do ordenamento do território.

Para Michel Cadot, da Direction à l'Aménagement du territoire (DATAR, França) o LEADER é antes de mais um “método importante”. E sugere algumas orientações para o futuro: *“reforçar o processo ascendente através de acções de ‘territorialização’ de emprego, nomeadamente, e através da simplificação dos constrangimentos administrativos (...) favorecer o desenvolvimento rural no contexto do ordenamento do território (...) conservar o carácter-piloto do LEADER.”*

Coerência

Para Jean-Charles Leygues, da Direcção-Geral “Política Regional e Coesão” (DG XVI), o local não é uma panaceia. Na sua opinião, é necessária uma divisão mais clara das responsabilidades e um método de trabalho mais coerente em função da escala territorial relevante. Importa, também, situar o LEADER numa abordagem integrada do território, o que coloca a questão da relação entre o rural e o urbano. Do mesmo modo, é preciso identificar melhor as complementaridades com a programação: *“que influência tem o LEADER nos instrumentos de programação e vice-versa?”* A este propósito, Jean-Charles Leygues informou que a DG XVI está a estudar novos procedimentos baseados mais no princípio do reembolso do que no do adiantamento.

Wim van Gelder, do Comité das Regiões, referiu por seu lado que gostaria de ver alargadas as políticas rurais ao conjunto das zonas rurais, para além da tipologia dos Fundos Estruturais: *“o laboratório de experiências que é o LEADER deverá assim poder ser posto em prática em todas as regiões da Europa.”*

Simplificação

Para Laurent Van Depoele (DG VI), três palavras-chave deverão inspirar a elaboração da futura Iniciativa Comunitária: “clareza”, “simplificação”, “flexibilidade”.

A questão da subsidiariedade não pode ser delegada apenas ao nível local. É preciso identificar o nível mais apropriado, em função das tarefas a cumprir: o planeamento deve ser feito ao nível mais baixo, o mais próximo possível do terreno. *“Quanto à programação, clarifiquemos o processo”, declarou: “a partir de uma ‘fotografia’ da zona, há que definir os objectivos e uma estratégia. O papel da Comissão não é criar uma programação ex nihilo, mas organizar coerentemente esta programação sobre o conjunto do território da União”.* Segundo Laurent Van Depoele, é preciso além disso simplificar os níveis de intervenção. No que diz respeito ao envolvimento dos actores, o LEADER é uma responsabilidade partilhada: é preciso, pois, clarificar as parcerias, o que coloca a questão da partilha de poderes: *“A grande questão colocada pela Agenda 2000 para o futuro diz respeito à convergência entre uma agricultura multisectorial e o desenvolvimento rural.”*

O atelier apresentou no final várias recomendações. É preciso estabelecer uma divisão de responsabilidades que:

- > assegure a participação local;
- > melhore a coerência e a complementaridade entre o LEADER e as grandes políticas estruturais de financiamento;
- > adopte uma estratégia territorial de desenvolvimento de um novo género, que ultrapassa os conflitos entre o local e o regional, entre o rural e o agrícola (*“o LEADER levantou muitas suspeitas entre os actores tradicionais do mundo rural, nomeadamente os agricultores”*, lamentou um interveniente da Extremadura). Todas as partes devem reconhecer as vantagens mútuas que podem retirar deste Programa. Nenhuma se opõe em absoluto: “rural” não quer dizer anti-urbano nem anti-agrícola. As soluções do futuro dependem de um justo equilíbrio entre interesses por vezes divergentes e o prosseguimento de objectivos comuns a favor do desenvolvimento. As cartas de qualidade, as “Chartes de Pays” francesas e outros dispositivos deste tipo são já exemplos desta abordagem. <

Laurent Van Depoele (Comissão Europeia), Anthony Leddy (LEADER Cavan-Monaghan, Irlanda, Mikael Lindau (Agência sueca para o desenvolvimento rural) e José Emilio Guerrero (Governo da Andaluzia, Espanha)



Aproximar inovação tecnológica e inovação territorial

“O LEADER é um adubo muito concentrado.”

Josef Mayerhofer, da agência de desenvolvimento austríaca Waldviertel Management, utilizou uma longa metáfora agrícola para descrever a importância da animação, da consideração da duração no tempo e da abordagem “passo a passo” no processo de desenvolvimento.

O atelier dedicado às “estratégias diferenciadas de inovação” insistiu desde o início no facto de a inovação rural ser antes de mais um processo, e depois na necessidade de poder contar com um “grupo portador de um projecto e portador de uma visão” (Fritz Wittemann, GAL Oberes Altmühltal-Mittelfranken, Alemanha), até à “colheita” e à colocação no mercado de produtos e serviços inovadores.

Globalidade

Partindo do exemplo da valorização do salmão de água doce na região de Haut-Allier (França), Jean-Marc Schlick sublinhou a dimensão global da inovação em meio rural: *“a inovação aparece já como um dos objectivos do projecto. É a sua globalidade, é o conjunto das acções transversais que concorrem para a sua realização que será inovador, ainda que nenhuma acção individual não seja por si só inovadora.”*

A semelhança de outros intervenientes, também referiu que a inovação é uma fonte de dificuldades (temos pela frente o corporatismo, por exemplo) e que exige assumir riscos e uma responsabilização dos actores em todas as fases do processo.

A inovação tem também frequentemente um efeito de arrastamento em domínios aparentemente afastados do seu objectivo inicial: *“uma acção inovadora pode ser um excelente meio de ‘divulgar a Europa’; o nosso projecto transnacional “Ecorail” (a utilização de antigas vias férreas para passeios de bicicleta), realizado com parceiros espanhóis e alemães, desencadeou em todas as aldeias uma série de projectos culturais e festivos entre os três países.”*

Uma inovação tecnológica ao serviço do lazer:
o ciclocarril em funcionamento na zona LEADER **Montaña Palentina** (Espanha)



IDT e LEADER

Após a análise da inovação como processo, os participantes no atelier reflectiram sobre as ligações e aparentes contradições que existem ou podem vir a existir entre inovação territorial e inovação de empresa. Philippe Galiay, da DG XII (“Investigação Científica”), comparou, nomeadamente, a abordagem do “1.º Plano para a Inovação na Europa” publicado pela Comissão Europeia e a abordagem do LEADER: *“para o Plano, a fonte de inovação é o mercado, enquanto para o LEADER é o indivíduo, o actor local... No primeiro caso, os métodos de análise são económicos, no segundo são sociológicos. As soluções procuradas são também diferentes: para o Plano, são macro-económicas, para o LEADER, são ‘micro’, à escala do homem.”*

Mas as duas abordagens só aparentemente são contraditórias: para poderem ser competitivas, e podendo combiná-las com os saber-fazer locais, as zonas rurais devem também recorrer à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT). De facto, existem fortes complementaridades entre inovação territorial e investigação tecnológica, que podem mesmo conjugar-se em termos de apoio financeiro. Como sublinharam vários intervenientes, seria desejável que os fundos europeus de investigação pudessem mais frequentemente juntar-se aos fundos LEADER.

O debate entre IDT e inovação territorial foi alimentado pelo responsável do GAL Sierra de Béjar y Sierra de Francia, Angel de Prado Herrera, que demonstrou como nesta zona muito desfavorecida de Espanha o problema do tratamento dos detritos do azeite foi resolvido, graças à colaboração do grupo LEADER e da Universidade de Valladolid: *“resolvemos rapidamente um problema que grandes sociedades multinacionais ainda não tinham conseguido resolver. Somos, inclusivamente, detentores de uma patente mundial para um sistema de depuração e de valorização dos detritos.”*

Este testemunho permitiu a Jacques Burtin, da Unidade Investigação da DG VI, referir que *“as zonas rurais são perfeitamente capazes de inovar, incluindo as zonas mais desfavorecidas.”* E acrescentou: *“a inovação em meio rural é uma inovação social, organizacional, parthenarial. É o território no seu conjunto que deve gerar a inovação e o desenvolvimento. Não se deve opôr a inovação rural e inovação ‘clássica’, tecnológica... não se deve também ‘innovar por inovar’; toda a inovação deve ser concreta, visar um determinado fim.”*

Segundo Jacques Burtin, as questões que se colocam são precisamente: *“como articular o dispositivo inovador tecnológico e o dispositivo LEADER? Como poderá a próxima Iniciativa Comunitária ser melhorada para facilitar a inovação rural? Como considerar melhor a assunção de riscos em instrumentos de apoio à inovação, que constitui o ‘cartão de visita’ do LEADER, o seu principal valor acrescentado?”*

“Mercearia fina da inovação”

“A inovação resulta da associação entre o génio local e os saber-fazer codificados”, concluiu a relatora, Gilda Farrel, do Observatório Europeu LEADER. *“Como aproximar a IDT do terreno, em particular nos territórios mais desfavorecidos? Constata-se que os produtores locais encontram rapidamente as soluções lá onde as estruturas de IDT estão mais próximas do meio rural, como no Norte da Itália, por exemplo. Do mesmo modo, alguns problemas técnicos transversais não poderão ser assumidos por um nível superior ao local, de maneira a evitar uma dispersão de fundos? Sei, por exemplo, que vários grupos LEADER investigam separadamente sobre o azeite...”*

A nova Iniciativa Comunitária deveria, pois, permitir a criação de “reservas de conhecimento técnico”, ao serviço de vários territórios, para resolver os problemas transversais e/ou específicos ao contexto local, e aumentando assim o valor acrescentado dos recursos disponíveis. A palavra final coube, porém, a Eric Andrieu do GAL Pays Cathare (França) que, lutando igualmente pela “inovação nos procedimentos de apoio”, declarou: *“o Comissário Fischler falou esta manhã do ‘LEADER, supermercado da inovação’, eu diria antes que o que devemos procurar fazer é uma ‘mercearia fina da inovação.’” <*

Solidariedade rural, abertura e cooperação: reforçar a(s) rede(s) LEADER e alargá-la(s) para

Além da abordagem local e integrada, a solidariedade entre territórios rurais e a participação activa nas redes locais, regionais, nacionais e transnacionais de desenvolvimento rural são outras tantas dimensões que fizeram do LEADER um programa de vanguarda.

Graças aos instrumentos que ele disponibiliza (publicações, rede electrónica, seminários, etc.), o LEADER permitiu que os actores locais consolidassem práticas de abertura e de cooperação e este formidável movimento de transferência de saber-fazer, geralmente informal e pouco visível, em muito contribuiu para o sucesso da Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural.

Cooperação

Verdadeiro antídoto contra o localismo e o “espírito de capelinha”, a cooperação permite aos grupos LEADER descobrirem o interesse da sua diversidade, criando referências comuns e uma linguagem comum, por sua vez geradoras de novos laços de solidariedade. Trata-se de um importante trunfo para um desenvolvimento rural sustentável. A cooperação permite também atingir escalas pertinentes para cada problemática de desenvolvi-

mento. Conduz muitas vezes também a uma harmonização das estratégias entre territórios vizinhos e está na base das economias de redes, ao permitir alargar as gamas de produtos, atingir novos mercados, articular saber-fazer complementares, facilitar as transferências de tecnologias e concretizar complementaridades entre as diferentes abordagens do desenvolvimento. Tece ligações entre actores de territórios diferentes, confrontados com problemáticas semelhantes.

O atelier assinalou também algumas dificuldades. A falta de experiência de trabalho em rede é uma delas: Carmen Furelos Gateiro (Portodemouros, Espanha) mostrou como, graças à rede local organizada a partir do Programa Pobreza, este GAL se abriu a outros projecto mas não soube gerir bem o número excessivo de actores. Sugeriu a criação ao nível nacional de uma “rede de animadores de projectos”.

A proximidade das zonas LEADER pode paradoxalmente ser fonte de dificuldades: para Paolo Tola, do Instituto de formação FORMEZ (Sardenha, Itália), *“os projectos de cooperação ao nível regional são indispensáveis, mas é preciso encontrar o equilíbrio entre solidariedade, cooperação... e concorrência entre os GAL.”*

Um outro interveniente italiano, Nerino Galerani, do GAL Antico Frignano, lamenta a falta de procedimentos contratuais e de instrumentos jurídicos que permitam formalizar as cooperações transnacionais (*“que valor legal têm as nossas declarações de intenção?”*) e indicou que, a este propósito, a Comissão Europeia poderia contribuir com uma mais-valia importante.

■ *Uma rede, é também ocasião para trocar ideias em convívio informal*



Leste

Nota-se também em certos países a coexistência entre as associações informais de GAL e as unidades nacionais de animação da rede LEADER. *“Existem, com efeito, diferentes tipos de redes – institucionais, associativas, informais – com funções diferentes”,* explicou Maurizio Gianini, presidente d’Assoleader, associação de GAL italianos, e animador deste atelier. *“Estas redes são cada vez mais complementares. Existe uma grande complementaridade entre as associações informais de grupos de acção local e as unidades nacionais de animação da rede LEADER.”*

Alargamento

A solidariedade com outros territórios abre também perspectivas de extensão da abordagem local e integrada do desenvolvimento rural para territórios exteriores à União Europeia. Assim, o LEADER constitui certamente um instrumento a privilegiar na fase transitória de integração dos países visados pelo alargamento da União. A Iniciativa toca, efectivamente, em elementos essenciais sublinhados pela Agenda 2000: direito dos cidadãos, democracia, respeito pelas minorias, reconstituição de um tecido social, criação de espaços de concertação (parcerias) busca de escalas pertinentes para a gestão do desenvolvimento, competitividade económica dos territórios rurais através da diversificação das actividades e integração entre os sectores.

Wojciedch Magnowski apresentou o programa de estágios que a região Rzeszow na Polónia realizou com os grupos LEADER Rota do Guadiana (Portugal) e Pays Cathare (França) no âmbito do programa ECOS-OUVERTURE: alguns estagiários polacos fizeram durante cinco meses, em vários GAL portugueses, formação teórica e prática em desenvolvimento rural. O programa proporcionou a elaboração de um plano de acção local, com a participação dos habitantes da zona de Rzeszow. *“O método LEADER adapta-se perfeitamente às nossas necessidades e aplicamo-lo também no centro de formação que criámos com os parceiros eslovacos e húngaros”,* referiu Wojciedch Magnowski. David Machado, do GAL Rota do Guadiana, afirmou que, por seu lado, a experiência teve um efeito dinamizador para a zona portuguesa. Paulette Salles (GAL Pays Cathare) reconhece também os aspectos positivos do projecto mas considera que *“a colaboração com os países da Europa Oriental coloca problemas específicos, nomeadamente em termos de preparação, coordenação e acompanhamento, o que pressupõe uma metodologia adaptada.”*

Matthiew Wyatt, da DG I, vê no LEADER complementaridades com o Programa PHARE: trata-se de reforçar a estratégia para a adesão, criando “parcerias de adesão”, ou seja, cooperações entre grupos locais da União e de países terceiros, que reforçarão os programas nacionais de adesão (ajuda à criação de instituições, ajuda às empresas e às infra-estruturas chave). *“Não existe ‘PHARE rural’ como tal,* salientou Matthiew Wyatt, *mas sim uma assistência concentrada na realização das condições de adesão: respeito pelas normas europeias de matadouros, leiteiras e outras empresas rurais abrangidas.”* A presença de um programa como o LEADER será inteiramente justificada.

Mediação

Se a abordagem LEADER é, em si mesma, portadora de cooperação e de solidariedade entre os territórios, a experiência prova que o estabelecimento de laços de cooperação não acontece espontaneamente: é o produto de uma vontade afirmada, implicando muitas vezes anos de esforço e de disponibilização de instrumentos financeiros adequados. Isto coloca o problema da mediação (informação, instalação em rede, assistência técnica), indispensável para maximizar os frutos do processo de cooperação. *“A avaliação do LEADER I evidencia a necessidade da rede, que permite uma aprendizagem de GAL para GAL, assim como o grande interesse de uma estrutura de animação”,* afirmou Doriane Givord da DG VI.

Ao sublinhar a necessidade de instituir regras do jogo e fórmulas contratuais mais claras em matéria de cooperação, o atelier chegou às seguintes conclusões:

- > é preciso definir um quadro operacional de maneira que seja possível “transferir o LEADER para Leste” (Samuel Thirion, agência INDE, Portugal);
- > uma estrutura de mediação e de animação de rede, tal como o Observatório Europeu LEADER, é muito importante para facilitar a cooperação entre territórios rurais;
- > a futura Iniciativa Comunitária deverá prever os meios financeiros para apoiar as associações informais de beneficiários LEADER que, tal como as associações de consumidores, desempenham igualmente um importante papel de mediação;
- > é necessário reforçar a rede LEADER, de maneira a responder ainda melhor às necessidades dos GAL e das administrações (melhoria das possibilidades de transferência de saber-fazer, formação em desenvolvimento rural, assistência técnica; acompanhamento das acções de cooperação entre GAL, etc.);
- > enriquecer a Iniciativa LEADER, conjugando-a, segundo as necessidades, com outros programas europeus. <

800 LEADERs expr i

Após a apresentação da síntese dos 6 ateliers do colóquio na última sessão plenária de 11 de Novembro de 1997, Heino von Meyer concluiu a sua intervenção com um texto que tem o valor de declaração.



POR HEINO VON MEYER

Director do PRO RURAL EUROPE, agência especializada no desenvolvimento e ambiente rural, Heino von Meyer é um perito do Observatório Europeu LEADER

Dada a diversidade da Europa Rural, é impossível resumir a riqueza dos debates que tiveram lugar durante o colóquio cujo sub-título é “800 leaders exprimem-se”. Contudo, creio que podemos seleccionar seis pontos essenciais que deverão ser considerados na nova Iniciativa de Desenvolvimento Rural. O Programa LEADER deve:

- > continuar e ser reforçado,
- > cobrir toda a Europa Rural,
- > ligar-se à qualidade,
- > privilegiar a abordagem multisectorial,
- > beneficiar de procedimentos simples e flexíveis,
- > concentrar-se particularmente na instalação em rede e no reforço das competências locais.

Estas questões que, durante anos construíram o valor acrescentado da abordagem LEADER, deverão ser igualmente integrados na concepção geral da política rural europeia. Isto torna-se particularmente importante num momento em que se prepara o alargamento da União. Tomando o exemplo da abordagem LEADER, as políticas de desenvolvimento rural e de coesão em geral deverão ser vistas como factores do reforço da democracia local e da integração europeia.

1 - A Iniciativa LEADER deve continuar e ser reforçada

Vindo dos participantes neste colóquio, esta afirmação não surpreende! Mais seriamente, não se trata de continuar o LEADER porque isso convém aos grupos LEADER, mas de prosseguir esta Iniciativa muito simplesmente porque foi um sucesso.

Porquê interromper um programa europeu que goza de uma imagem muito positiva ao nível local, quando outras medidas europeias, a Política Agrícola Comum ou certas intervenções dos Fundos Estruturais, por exemplo, são geralmente – com ou sem razão – criticadas e até impopulares? Porquê interromper um programa europeu que enraizou a ideia europeia ao nível local, fazendo com que as pessoas se sintam cada vez mais europeias? Recordemos que o LEADER I abrangia 11 milhões de rurais e que o LEADER II abrange hoje 40 milhões.

mem-se

A continuidade é um elemento crucial. Sem ela, a Europa perderia a sua credibilidade e a confiança dos seus cidadãos. Assistiríamos a um desencorajamento maciço por parte dos actores locais, muitos dos quais mal começam a introduzir-se nos meandros dos procedimentos europeus. O LEADER visa uma mudança de mentalidades. Isto levará tempo, sempre mais de 5 ou 6 anos.

Com o LEADER, a União Europeia encetou um processo a longo prazo, que seria funesto interromper.

Muitos dos programas nacionais e das redes europeias não resistiriam. Suspender a Iniciativa LEADER, de alguma forma, seria o mesmo que destruir uma infra-estrutura recentemente construída, uma nova auto-estrada ou uma ponte realizada com a contribuição dos Fundos Estruturais.

Assegurar uma transição entre o LEADER II e a nova Iniciativa Comunitária para o período 2000-2006 é também crucial. Esta nova Iniciativa deve ser concebida

com base nos princípios fundamentais do LEADER, ou seja, uma abordagem local, ascendente, integrada, multisectorial, territorial, participativa, partenarial e centrada na inovação.

Contudo, não é suficiente simplesmente prosseguir o LEADER. O LEADER é um sucesso que deve ser reforçado. O LEADER deve funcionar melhor. Devem ser dados mais financiamentos aos projectos locais de desenvolvimento rural e devem ser abertos novos campos de intervenção. Porque razão uma Iniciativa Comunitária de desenvolvimento rural não recebe mais do que um terço dos 5% do orçamento dos Fundos Estruturais actualmente destinadas às três novas Iniciativas?



— 2 - A Iniciativa LEADER deve cobrir toda a Europa rural

A nova política de desenvolvimento rural cobrirá o conjunto do território da União. E o LEADER deve ajustar-se a esta orientação. Este ponto, expressamente abordado no colóquio, foi abundantemente debatido nos diferentes ateliers.

Penso não estar enganado ao dizer que os participantes no colóquio aprovam a abordagem preconizada pela Conferência de Cork de Novembro de 1996 e que não entra em contradição com a necessidade essencial de reforçar a coesão entre as regiões da Europa. A Declaração de Cork afirmou claramente que a política de desenvolvimento rural deveria *“aplicar-se a todas as zonas rurais da União, respeitando o princípio da concentração através de uma diferenciação do cofinanciamento a favor das zonas cujas necessidades são mais importantes”*.

O LEADER, com os seus modestos recursos financeiros, não é capaz de superar as disparidades regionais através da redistribuição de fundos. O LEADER não é um programa de compensação mas visa estimular a utilização eficaz e inovadora das potencialidades rurais. Ora, se as iniciativas de desenvolvimento rural situadas em zonas elegíveis no actual Objectivo 5b deixam de poder participar no LEADER, a Rede Europeia de Desenvolvimento Rural arrisca-se a desaparecer e, com ela, todo um fluxo de transferência de informação, de experiência, de saber-fazer e de reforço das competências.

Espaço Cooperação: estes projectos transnacionais em construção



Sejamos muito claros: estender o LEADER a todas as zonas rurais da União não significa “salpicar” dinheiro por todo o território rural da União. Não somos contra uma concentração dos fundos. Tal como no passado, deveremos poder continuar a modular as taxas de co-financiamento em função das necessidades, sem esquecer que existem muitas outras maneiras de concentrar as intervenções onde são mais necessárias.

3 - A Iniciativa LEADER deve estar ligada à qualidade

A nova Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural deverá mais do que nunca procurar integrar os mais altos padrões de qualidade: qualidade do plano de acção local de desenvolvimento (em termos de integração e de inovação, por exemplo), qualidade da parceria, etc.

É também a qualidade que deverá predominar em matéria de ambiente. A este título, poderemos, por exemplo privilegiar os grupos ou projectos situados em zonas de grande valor natural, como as que participam na rede Natura 2000 da Directiva Habitat.

Como é mais que evidente, estes padrões nem sempre podem corresponder aos padrões europeus de qualidade de maneira absoluta: o contexto local e as condições de partida dos diversos grupos devem ser tomados em consideração. É preciso deixar sempre a porta aberta aos recém-chegados. Evitemos criar uma “oligarquia LEADER.” Pessoalmente, proponho que se organize um concurso europeu do “LEADER do ano”. O júri será principalmente composto por representantes dos GAL. Tal concurso lançaria um verdadeiro debate sobre a definição de critérios de excelência para os grupos e actividades LEADER, primeira etapa para uma auto-avaliação da rede LEADER.

4 - A Iniciativa LEADER deve privilegiar a abordagem multisectorial

A abordagem multisectorial está no cerne da Iniciativa LEADER. A integração dos sectores é indispensável, se quisermos que o desenvolvimento rural seja efectivamente sustentável. É manifesto que a nova Iniciativa Comunitária deverá respeitar e conciliar as dimensões económicas, sociais e ambientais de todas as actividades rurais. Trata-se aqui de um ponto essencial, mas receio que a nova política rural – designadamente fora das zonas de Objectivo 1 – seja aplicada mais em função de considerações orçamentais que travam a integração do que em função de um objectivo de desenvolvimento rural. São os orçamentos que devem obedecer às políticas e não o contrário.



5 - A Iniciativa LEADER deve beneficiar de procedimentos simples e flexíveis

A simplificação e uma maior leveza e flexibilidade dos procedimentos são hoje uma preocupação-chave dos grupos de acção local. Convém dar-lhes resposta desde já no que diz respeito ao LEADER II. As lições do LEADER I e II devem ser consideradas pelo LEADER III. A subvenção global foi inicialmente concebida para permitir uma maior flexibilidade na gestão, o que nem sempre aconteceu. Importa operacionalizar esta fórmula de subvenção global para os grupos locais, assim como a gestão plurianual dos financiamentos.

Há que organizar “balcões únicos”, permitindo a centralização dos fundos europeus destinados ao mesmo grupo de acção local. Do mesmo modo, deveria existir um único interlocutor administrativo e um único conjunto de regras e procedimentos para os GAL.

6 - A Iniciativa LEADER deve concentrar-se muito particularmente na instalação em rede e no reforço das competências locais

É a rede que torna o Programa LEADER verdadeiramente europeu. É um elemento central na construção de uma identidade rural europeia em toda a sua diversidade. As redes contribuem para ultrapassar o localismo, assegurando e reforçando a abertura e a solidariedade.

A rede LEADER – e não me refiro apenas ao site Internet “Rural Europe” – dá à Europa rural uma visibilidade mundial. Tem um efeito “bola de neve”, tecendo laços que permitem constantemente melhorar as trocas de informação.

Ora, a nova Iniciativa Comunitária deverá precisamente melhorar as possibilidades de transferência de saber-fazer e de apoio à formação específica dos actores locais e das administrações. Deverá ser dada mais atenção à criação e acompanhamento de acções de cooperação entre os GAL. O que quer dizer também que deverão prever-se fundos adequados a nível europeu.

A criação de uma “reserva de conhecimentos técnicos” e de uma equipa específica para a assistência técnica e organizacional parece ser ainda mais importante quando se consideram as necessidades dos países abrangidos pelo alargamento da União Europeia.

É também essencial que a nova Iniciativa preveja um dispositivo de avaliação e de acompanhamento: os tradicionais métodos de avaliação externa, “vindos de cima”, não são necessariamente adaptados à abordagem LEADER. Poderão ser postos em prática através da rede dos grupos LEADER, mecanismos de auto-avaliação que visem garantir altos níveis de qualidade. E porque não levar os GAL existentes a envolver-se de forma mais activa na identificação e no processo de selecção de novos grupos locais?

Abrir o laboratório

O Comissário Fischler considera, e muito justamente, que o LEADER é um laboratório para o desenvolvimento rural. A futura Iniciativa Comunitária deverá continuar a explorar novas vias e a encorajar as inovações. Mas penso que está também na hora de sair do laboratório: os sucessos da experiência LEADER devem tornar-se componentes integrais da política geral a favor do mundo rural e da intervenção dos Fundos Estruturais. O LEADER deverá ajudar-nos a ser mais corajosos na promoção do desenvolvimento da Europa rural. A política global também necessita de se apoiar na animação e na participação locais, num diagnóstico local e numa planificação moderna, numa abordagem integrada e multi-sectorial, no princípio da subvenção global atribuída aos grupos locais, na importância do imaterial e dos microprojectos, num reforço das redes de partilha de experiências.

Em suma, devemos passar do laboratório ao supermercado ou ainda, para utilizar uma imagem mais conforme ao espírito do LEADER, passar do laboratório à mercearia fina!

Espero ter identificado alguns pontos úteis que balizarão a próxima etapa do nosso caminho para uma Europa rural alargada e próspera. <

Para uma nova Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural

Discurso de encerramento de Franz Fischler, Membro da Comissão Europeia, responsável pela agricultura e desenvolvimento rural.

Os três dias do colóquio chegam ao fim: três dias dedicados a dar a conhecer e a descobrir a diversidade dos territórios rurais da União Europeia, dias de discussões e de trabalho intenso, dias de balanço e troca de opiniões sobre o futuro. Lamento muito não ter podido assistir a todo o colóquio, para beneficiar plenamente dos conhecimentos especializados aqui revelados, mas penso que estão reunidas todas as razões para estarmos orgulhosos de toda esta riqueza de ideias e projectos.

800 grupos LEADER tomaram posição. Não é, portanto, simples resumir as múltiplas experiências e propostas. Permitam-me, contudo, retirar algumas primeiras conclusões deste colóquio. Na minha opinião, sobressaem três mensagens decisivas:

1. Precisamos de uma nova Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural.
2. Devemos aumentar a eficácia e a transparência para a simplificação dos procedimentos.
3. Para realizar a nova Iniciativa Comunitária, devemos aprofundar as abordagens LEADER existentes.

1 - Precisamos de uma nova Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural

A análise da situação das regiões rurais da União Europeia, tal como figura no documento de trabalho sobre o desenvolvimento rural, nas conclusões do Fórum sobre a coesão e, muito particularmente, na Conferência de Cork, sublinharam a necessidade de uma política eficaz e sustentável para o desenvolvimento rural. A Agenda 2000 deu as primeiras indicações para uma tal reorientação. Uma política reforçada de desenvolvimento rural necessita, não só de programas regionais convincentes, mas também dos impulsos suplementares para o desenvolvimento no âmbito de uma nova Iniciativa Comunitária. A principal conclusão deste colóquio e, na minha opinião, a mais importante, é que precisamos de uma Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural para lá de 1999.

Neste contexto, não é importante para mim saber como se vai chamar a nova Iniciativa Comunitária. O que é decisivo para mim não é a embalagem mas o conteúdo. E sobre o conteúdo passaram por esta conferência muitas indicações preciosas. Uma nova Iniciativa Comunitária deverá retomar e prosseguir os elementos essenciais do LEADER I e do LEADER II.



Comunitária do mundo rural

Não podemos esperar um desenvolvimento sustentável dos espaços rurais se nos recusarmos a mobilizar a população no local. **A nova Iniciativa Comunitária deve exactamente começar por aqui e apoiar, como até agora, os grupos locais.** A exploração dos recursos locais, a participação da população, o incentivo a iniciativas privadas, o reforço das parcerias locais, são para mim condições prévias ao sucesso.

Contudo, não dispomos de uma solução universal para organizar a abordagem ascendente (“bottom-up”). Cada Estado-membro, cada região, tem as suas próprias experiências, na base das quais podemos desenvolver a melhor abordagem possível. O impacto deve, porém, continuar o mesmo em todas as regiões: as parcerias locais e a abordagem “bottom-up” reforçam a democracia a nível local.

O LEADER demonstrou que não se trata para nós de apresentarmos aos cidadãos e cidadãs “um cozido” à europeia, mas que é importante para nós conservarmos e desenvolvermos as particularidades e especialidades regionais. Se incentivarmos, através de uma Iniciativa Comunitária, a identificação das pessoas com a sua própria região natal, então ganharemos também a sua adesão à Europa.

Precisamente porque queremos de futuro uma política para o espaço rural reordenado, temos necessidade também da possibilidade de experimentar e ensaiar novas ideias para o desenvolvimento rural. **A nova Iniciativa Comunitária deve preservar o seu carácter de “laboratório”.** Isto significa que se deve produzir uma reacção química entre os actores. Devemos ousar produzir novas ligações e devemos permitir que as experiências por vezes falhem. Devemos, porém, organizar o nosso laboratório de tal forma que não realizemos a mesma experiência que falhou x vezes em lugares diferentes. A nova Iniciativa Comunitária deve assim continuar a incentivar as verdadeiras inovações.

Deve permitir a realização de projectos que não sejam, ou não possam ainda ser, financiados pelos programas dos fundos estruturais ou pela política de desenvolvimento rural. Os investimentos ditos “flexíveis” deverão ser prioritários em relação aos investimentos clássicos ditos “pesados” no âmbito da Iniciativa Comunitária.

Para que as regiões rurais possam também beneficiar das ideias, do potencial de inovação e de entusiasmo de outras regiões rurais, também temos necessidade no futuro de uma rede para os grupos de acção local. Desejo que o intercâmbio de experiências, a aprendizagem mútua, as possibilidades de cooperação não fiquem prejudicadas por causa das barreiras linguísticas e territoriais ou por causa de uma delimitação das regiões elegíveis. **Temos necessidade também, no futuro, de uma rede europeia dinamizadora para os grupos locais.**

A importância desta rede para a solidariedade entre os espaços rurais provou-se mais um vez, ainda esta manhã, quando foi solicitado apoio para a vítimas do terramoto em Itália. Gostaria de me associar a este apelo e exprimir a minha solidariedade com as vítimas das recentes catástrofes naturais em Itália, Portugal e Espanha.

O princípio LEADER tem uma importância particular nos países da Europa Central e Oriental candidatos à União. A mobilização da população rural e o exercício de processos de decisão democráticos ao nível local vão contribuir para consolidar o processo de transformação política e económica.

Regozijo-me muito particularmente pelo facto de no grupo de trabalho 6 ter sido apresentado um projecto comum de dois grupos LEADER com um grupo polaco. Os países da Europa Central e Oriental (PECO) revelam um grande interesse pela filosofia do LEADER. Devemos levar a sério este interesse e podemos responder a este interesse e abrir as nossas redes aos grupos locais destes países.

A cooperação transnacional é, na minha opinião, uma mostra para as possibilidades de desenvolvimento da Europa Rural. Não serve apenas para preparar e realizar projectos comuns mas oferece também a possibilidade de promover o progresso da Europa a nível local. Precisamos também de todos estes elementos na nova Iniciativa Comunitária.

2 - Mais transparência e impacto graças à simplificação

O LEADER II saiu há muito tempo da infância. Devido às novas dimensões deste programa, criaram-se também novas dificuldades a que devemos dar resposta. Temos que considerar também estas experiências como parte de um processo de aprendizagem inerente ao LEADER. Devido à diversidade dos espaços rurais no interior da União e às diferentes condições de partida, é absolutamente natural que uma política de desenvolvimento rural deva assentar no princípio da subsidiaridade, o mesmo acontecendo com a nova Iniciativa Comunitária. Para que esta seja bem sucedida, será muito importante envolver todos os níveis interessados. Disse-se ontem no grupo de trabalho 5 “*não devemos estar numa situação em que cada um faça tudo*”: a subsidiaridade implica que as tarefas sejam claramente definidas e que cada um – qualquer que seja o seu nível – saiba assumir as respectivas responsabilidades. Estou convencido que os Estados-membros encontrarão as soluções, dentro do seu quadro constitucional e jurídico, para garantir esta divisão de responsabilidades.

—> A simplificação dos procedimentos de gestão é para mim um tema absolutamente crucial para a motivação dos cidadãos e para assegurar o sucesso da nossa política. Recebemos durante estes últimos dias muitas sugestões sobre os meios de melhorar a transparência e a eficácia do nosso apoio. Todas estas propostas não podem ser realizadas directamente, mas tomamos a sério todas estas ideias e aproveitaremos a reforma dos Fundos Estruturais e da PAC para tornar a política da União também mais compreensível. Creio que o que nos faz falta são regras claras que devem ser estabelecidas já, a partir do início do novo período de aplicação. Foi proposto, no contexto da reforma dos Fundos Estruturais, facilitar a execução financeira dos programas através de adiantamentos, assim como por um sistema de reembolso das despesas. Durante o colóquio, foi várias vezes formulado o desejo de que este sistema de adiantamentos seja também introduzido na nova Iniciativa Comunitária. Creio que é uma boa ideia para simplificar e acelerar os procedimentos. A Iniciativa Comunitária poderá ser um bom teste para esta inovação organizativa.

3 - Para a concretização da nova Iniciativa Comunitária, deveremos aprofundar os actuais princípios do LEADER

Devido à nova estruturação da política de desenvolvimento rural, tal como foi proposto pela Agenda 2000, nenhum território rural deve, no futuro, ser excluído da política de desenvolvimento rural. Todas as regiões rurais devem ter a possibilidade de estabelecer a sua própria estratégia de desenvolvimento. Creio que encontrámos, com as nossas propostas, a melhor via para promover simultaneamente a adaptação das estruturas agrícolas e o desenvolvimento rural sustentável, porque uma agricultura competitiva precisa de um ambiente competitivo, precisa de espaços rurais vivos.

Minhas senhoras e meus senhores, haveis expressado no início desta sessão o desejo de que no futuro todas as regiões rurais pudessem beneficiar da ideia LEADER. Só posso associar-me a este desejo. O problema não se coloca, certamente, ao nível das regiões dos novos Objectivos 1 e 2. Mas também faz sentido, justamente porque só temos uma política de desenvolvimento rural sobre todo o território da União, apoiar a possibilidade de testar ideias novas e de trocar experiências fora das zonas cobertas por um Objectivo. Porque não poderiam os territórios rurais, no quadro da Iniciativa Comunitária renovada, adoptar o conceito LEADER? Vou discutir com os meus colegas da Comissão e do Conselho, para que no futuro estas possibilidades estejam abertas a todas as regiões rurais da União.

Naturalmente, isto não quer dizer que a execução de uma nova Iniciativa Comunitária de desenvolvimento rural deva levar a um polvilhar dos créditos. Isso não seria útil para ninguém. A nova Iniciativa Comunitária deve antes de mais agir de forma concentrada para permitir que os rebentos de desenvolvimento rural criem

raízes.

Para realizar a nova Iniciativa Comunitária a favor do mundo rural, devemos além do mais ter presentes três aspectos:

- 1. A escolha dos grupos elegíveis deve ser condicionada por critérios estritos, para que se garanta uma base financeira suficiente para os projectos seleccionados.**
- 2. Devemos também reflectir sobre as principais questões temáticas.** Surgiram muitas sugestões interessantes durante esta conferência. O grupo de trabalho 1, por exemplo, constatou que o LEADER deu um contributo importante para a melhoria da situação do emprego nas regiões rurais. Devemos reflectir sobre a contribuição que uma nova Iniciativa Comunitária pode dar neste domínio.
- 3. Um outro aspecto é a melhoria da qualidade de vida e do ambiente nas regiões rurais.**

A qualidade de vida nas regiões rurais é cada vez mais determinada pela oferta em matéria de serviços. O grupo de trabalho 2 constatou neste contexto que, sem serviços nos campos, será praticamente impossível manter a população nas regiões rurais. Tal como se passa com a outorga dos meios LEADER, existe aqui também uma massa crítica no meio rural relativamente à oferta de serviços, abaixo da qual não é possível descer.

São apenas alguns exemplos de temas fundamentais para os quais uma nova Iniciativa Comunitária pode oferecer uma mais-valia em relação aos programas clássicos.

Minhas senhoras e meus senhores, agora que o Colóquio LEADER termina, tenho que vos agradecer a todos por terem disposto do vosso tempo a fim de nos relatarem as vossas experiências no âmbito do LEADER, e contribuído assim para se traçar um esboço de uma nova Iniciativa Comunitária a favor do desenvolvimento dos territórios rurais. Espero também que tenham podido utilizar largamente as possibilidades deste colóquio no sentido do estabelecimento de novos contactos e do aprofundamento dos contactos já existentes.

Desejaria agradecer, não só aos presidentes e aos intervenientes das sessões plenárias, mas também a todos os que participaram activamente nos ateliers, nos fóruns e nas exposições, assim como aos grupos LEADER que nos enviaram a sua opinião por escrito antes do Colóquio. Todos contribuíram para o sucesso deste colóquio. Os meus agradecimentos dirigem-se muito especialmente a todos os que asseguraram, nos bastidores, o decorrer normal deste acontecimento que já nos impressionou pelos seus aspectos quantitativos.

Sem as colaboradoras e colaboradores do Observatório Europeu LEADER e da Comissão Europeia e, não o poderemos esquecer, sem a ajuda dos intérpretes, este acontecimento não poderia ter acontecido.

Desejo a todos a continuação do sucesso no vosso trabalho e digo-vos “até à próxima” por ocasião da nova Iniciativa para o espaço rural.

Bruxelas, 11 de Novembro de 1997

Seminários LEADER [REPETIÇÃO]

O Observatório Europeu LEADER organiza daqui até Abril de 1998 uma série de seminários. Cada um destes encontros decorre numa zona onde o GAL dispõe de experiência relevante para o tema em questão. Os programas, línguas e locais definitivos estarão disponíveis 2 meses antes da data de realização da actividade (Contacto: Observatório Europeu LEADER, Unidade “Organização”).

> “Elaborar produtos turísticos em torno dos percursos pedestres”

Datas: 25-29 de Março de 1998. Línguas: italiano/alemão/inglês Local: GAL Appennino Piacentino, Parma (Emília Romana, Itália).

Novas publicações LEADER II

> “Coopération transnationale entre territoires ruraux”

Concebido como um “itinerário” e apresentado sob a forma de fichas, este guia metodológico facilita a elaboração, execução e avaliação de um projecto de cooperação transnacional no âmbito do LEADER II (Preço: 300 Francos belgas/cerca de 7,5 ECU).

> “Inovação e desenvolvimento rural”

Este caderno pretende primeiro que tudo perspectivar, ou até mesmo “desmistificar”, o conceito de “inovação” aplicado aos territórios rurais, para de seguida analisar as condições de emergência, o processo e as diversas características de uma acção inovadora de desenvolvimento.

(Preço: 1 800 Francos belgas/cerca de 45 ECU)

- > Guia “Acções inovadoras e Desenvolvimento Rural” (Preço: 1 800 Francos belgas/cerca de 45 ECU)
- > “Avaliar o potencial turístico de um território” (guia metodológico). (Preço: 300 Francos belgas/cerca de 7,5 ECU)
- > “A organização colectiva de uma fileira para a valorização local dos recursos agrícolas: o exemplo da transformação do queijo” (“Inovação em meio rural” – Caderno n.º 1). (Preço: 300 Francos belgas/cerca de 7,5

> “Indicadores para acompanhar e avaliar o programa LEADER”

Datas: 4-8 de Março de 1998. Línguas: inglês/francês/espanhol. Local: Galashiels, Scottish Borders (Escócia, Reino Unido).

N.B.: este seminário é sobretudo destinado às administrações nacionais e regionais.

(Preço: 300 Francos belgas/cerca de 7,5 ECU).

> Mapa LEADER II

De formato 140 x 100 cm, este mapa permite localizar os territórios LEADER inventariados até 01/10/1997. De referir que este documento é acompanhado pela lista dos beneficiários LEADER II correspondentes assim como das suas coordenadas.

(Preço: 700 Francos belgas / cerca de 18 ECU; exemplar suplementar enviado para a mesma morada: 200 Francos belgas / cerca de 5 ECU).

Publicações LEADER II [REPETIÇÃO]

> Guia “Acções Comunitárias e Desenvolvimento Rural”

ECU).

> “Organizar a parceria local” (“Inovação em meio rural” – Caderno n.º 2). (Preço: 300 Francos belgas/cerca de 7,5 ECU).

> Cartaz LEADER II (Preço: 700 Francos belgas/cerca de 18 ECU; cartaz suplementar enviado para a mesma morada: 200 Francos belgas/cerca de 5 ECU).

INFORMAÇÕES:

OBSERVATÓRIO
EUROPEU LEADER
Chaussée Saint-Pierre 260
B-1040 Bruxelas
Tel.: +32.2.736 49 60
Fax: +32.2.736 04 34

E-Mail:

leader@aaidl.be

World Wide Web:

http://www.rural-europe.aaidl.be

Distribuição dos beneficiários LEADER II [DEZEMBRO DE 1997]^[1]

ESTADO-MEMBRO	GRUPOS DE ACÇÃO LOCAL (GAL)	OUTROS ACTORES COLECTIVOS	BENEFICIÁRIOS LEADER II (12/1997)
Bélgica ^[2]	-	-	-
Áustria	31	9	40
Dinamarca	12	-	12
Alemanha	123	18	141
Espanha	135	-	135
Finlândia	22	-	22
França ^[3]	136	-	136
Grécia	40	1	41
Irlanda	34	2	36
Itália ^[3]	119	7	126
Luxemburgo	2	-	2
Holanda	4	-	4
Portugal	44	-	44
Suécia	12	-	12
Reino Unido	61	9	70
TOTAL	775	46	821

[1] Dados baseados nas informações de que dispõe o Observatório Europeu LEADER em 15.12.1997

[2] selecção em curso

[3] selecção dos beneficiários locais ainda não concluída

“Rural Europe”: o LEADER em linha e em 6 línguas
As publicações (LEADER Magazine, INFO-LEADER, os cadernos técnicos, etc.), o programa das actividades, a lista actualizada de todos os beneficiários LEADER aprovados, assim como diferentes bases de dados são consultáveis em linha e em 6 línguas (francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e português) na Internet. Estão também abertos vários fóruns.

Nome: LEADER

(Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural)

Tipo de programa: Iniciativa Comunitária

Territórios abrangidos: regiões de Objectivo 1 (com atrasos de desenvolvimento), zonas de Objectivo 5b (zonas rurais frágeis) e zonas de Objectivo 6 (zonas nórdicas de muito baixa densidade populacional) da União Europeia. 10% das verbas destinadas às zonas de Objectivo 5b podem contudo ser afectadas a territórios limítrofes não elegíveis.

Objectivos: na continuidade do LEADER I (1991-1994), o LEADER II visa:

- > encorajar as iniciativas locais de desenvolvimento rural exemplares;
- > apoiar operações inovadoras, demonstrativas e transferíveis que revelem as novas vias a adoptar pelo desenvolvimento rural;
- > multiplicar os intercâmbios de experiências e a transferência de saber-fazer;
- > apoiar projectos de cooperação transnacional resultantes dos actores locais das zonas rurais e que traduzam a sua solidariedade.

Beneficiários: o LEADER II pode financiar duas categorias de beneficiários:

- > em primeiro lugar, os “grupos de acção local”, a saber, um conjunto de parceiros públicos e privados que definem em comum uma estratégia e medidas inovadoras para o desenvolvimento de um território rural de dimensão local (com menos de 100 000 habitantes);
- > outros actores colectivos, públicos ou privados, do meio rural (autarquias, agrupamentos profissionais e sectoriais, cooperativas, associações, etc.), desde que a sua acção, mais temática, se inscreva numa lógica de desenvolvimento ao nível de um território local.

Tipo de medidas: aquisição de competências em matéria de desenvolvimento rural, programas de inovação rural (formação profissional, turismo rural, apoio às pequenas empresas, valorização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local, melhoria do ambiente e do quadro de vida, etc), cooperação transnacional.

As diversas componentes do LEADER II articulam-se em torno de uma “Rede Europeia de Desenvolvimento Rural” permitindo uma ampla difusão (seminários, intercâmbios, publicações) das acções inovadoras empreendidas a favor do mundo rural e facilitando as cooperações transnacionais. Esta rede é animada pelo “Observatório Europeu LEADER”.

Duração do programa: 6 anos (1994-1999)

Dotação de origem comunitária: cerca de 1 755 milhões de ECU (dos quais mais de 1 000 milhões para as regiões de Objectivo 1) financiados pelos três Fundos Estruturais.



Observatório Europeu



**Comissão Europeia
DG VI Agricultura**

LEADER magazine é a revista trimestral do programa de desenvolvimento rural LEADER II. - O **LEADER II** (“Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural”) é uma Iniciativa Comunitária lançada pela Comissão Europeia e coordenada pela sua Direcção-Geral de Agricultura (Unidade VI-F.1.1) - O conteúdo do LEADER MAGAZINE não reflecte necessariamente as opiniões das instituições da União Europeia - **Direcção da redacção:** A.E.I.D.L./ Observatório Europeu LEADER - **Editor responsável:** William Van Dingenen, A.E.I.D.L., Chaussée Saint-Pierre 260, B-1040 Bruxelas - **Jornalismo:** Jean-Luc Janot - **Colaboraram neste número:** Yves Champetier, Gilda Farrell, Heino von Meyer - **Fotografias:** groupes LEADER, François Point, Snapshot - **Fotografia da capa:** Alain Dereymaeker (Snapshot) - **Coordenação da produção:** Christine Charlier - **Concepção gráfica:** Kaligram - Impresso na Bélgica em papel branqueado sem cloro - O **LEADER magazine** é publicado nas onze línguas da União Europeia e tem uma tiragem de 30 000 exemplares. - **Informações:** **LEADER magazine**, A.E.I.D.L., Chaussée St. Pierre 260, B-1040 Bruxelas, Bélgica. Tel: +32.2 736 49 60. Fax: +32.2. 736 04 34. E-Mail: leader@aeidl.be - WWW: <http://www.rural-europe.aeidl.be>